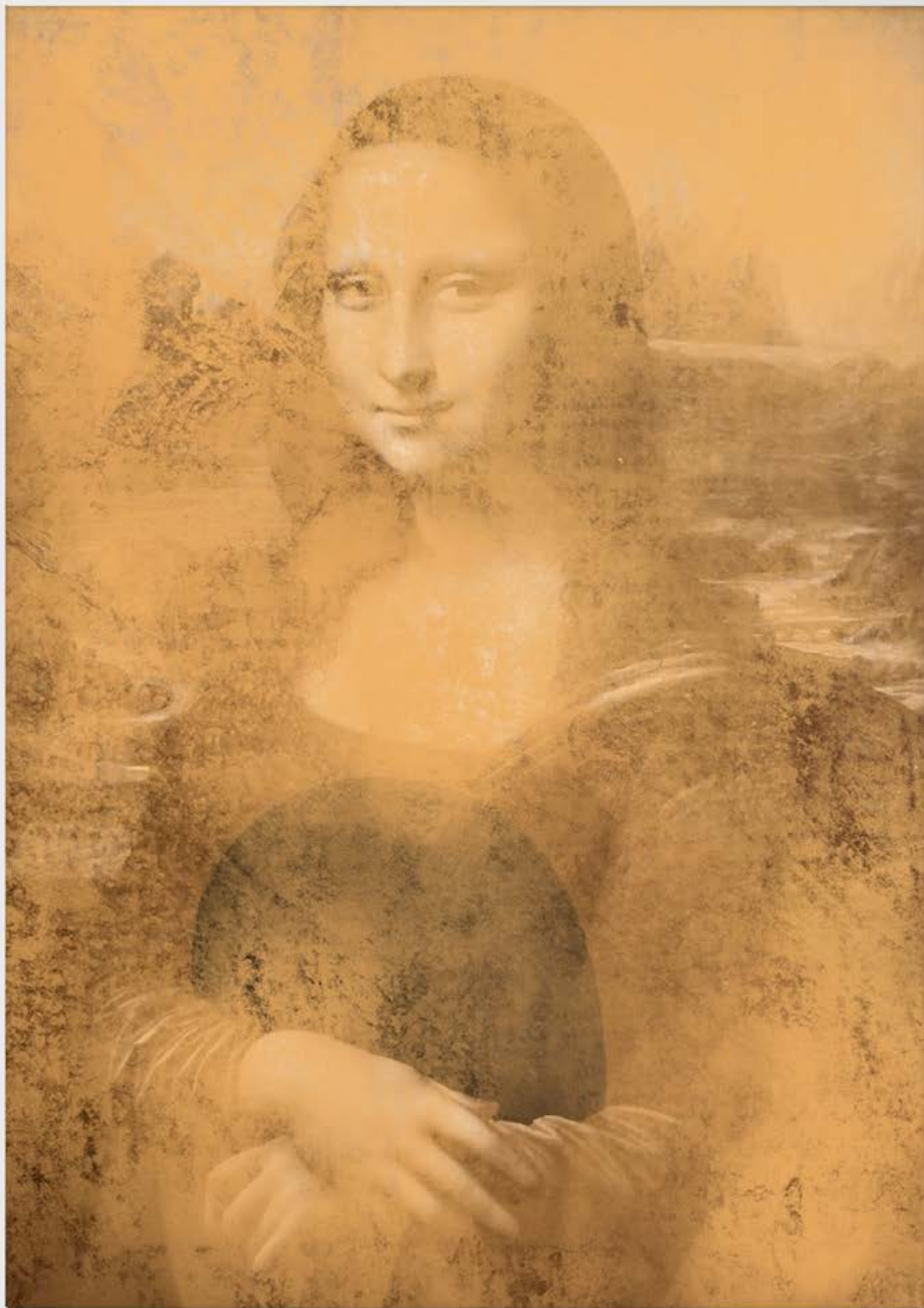


# DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





## Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



## p/ 06 e 07.

Estatutos e Regulamentos. Por Cláudia Branco, Vice-presidente da AILD Portugal Nação Global. Por Gilda Pereira, Presidente da AILD

## p/ 12.

### **Grande Entrevista**

Gilda Pereira, Presidente da Direção da AILD

## p/ 28.

**CCP EPE** - A infra-estrutura estratégica que Portugal ainda não tratou como tal  
Por Tiago Rodrigues Soares

# N E S T A E D I Ç Ã O

## p/ 32.

**Passagens** Quando o Bangladesh “era português”  
Por Joaquim Magalhães de Castro

## p/ 46.

**Tradições** Folar, folares e folias  
Por António Manuel Monteiro

## p/ 54.

**Saúde e Bem-estar** Aprender a Ver com o Tacto  
Por Vasco Pinto Miranda

# Obra de capa

**Artista Plástico:** Manuel Casimiro

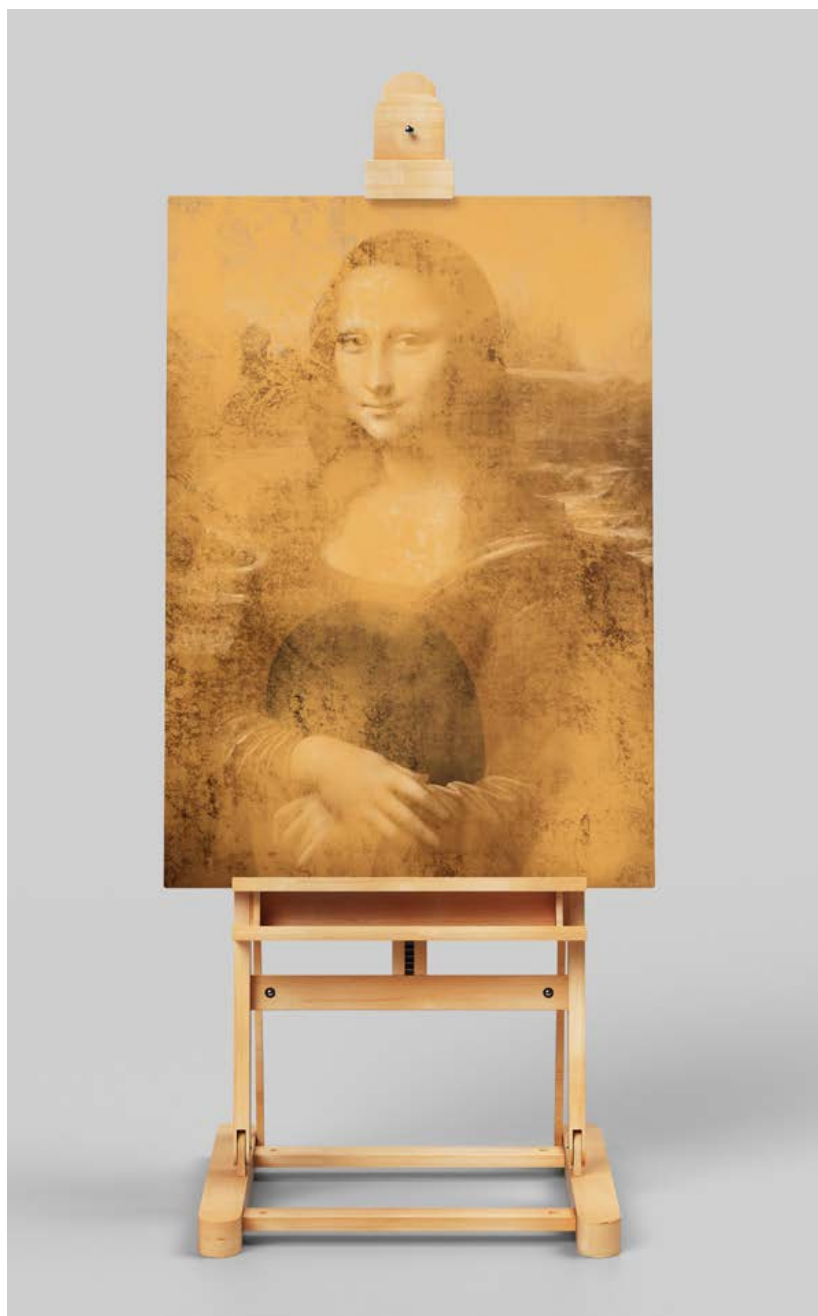
**Dimensões:** 140 x 96

**Técnica:** Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

## Exercício 4 monalisante

Parece que aqui Casimiro se enfadou com a multiplicação dos ovoides, pois se de facto, até então, tínhamos assistido ao desenrolar serial de acrescentos e modificações das multiplicidades, o artista, como soberano que é, talvez até déspota, decidiu pôr fim às impressões – de analogia bíblica – da multiplicação dos pães revelada por S.Mateus. Não que arte não tenha tido um passado demasiado irmanado à religião, teve-o, de tal forma que as próprias considerações estéticas de descrição e interpretação da arte, até há pouco tempo, se reconduziam a espelhar afinidades com poderes quase sobrenaturais, de uma transcendência ao nível de uma divindade. Seria tentador fazermos aqui uma comparação dos pães como provisão divina, da generosidade e partilha pela generalidade da população, com a multiplicação dos ovoides como a dádiva de um artista nobre, que utiliza a sua capacidade fértil para distribuir pontos ovoidais pelas imagens que lhe surgem no seu campo de actuação.



obrasdecapa.pt

## F T

**Diretora** Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Carolina Cunha, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, Isalita Pereira, Lúcia Marques, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Paulo Dinis, Philippe Fernandes, Rodrigo Magalhães, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vera Diniz, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: [info@descendencias.pt](mailto:info@descendencias.pt) W: [descendencias.pt](http://descendencias.pt) T: 309 921 350 | **Publicidade** E : [publicidade@descendencias.pt](mailto:publicidade@descendencias.pt) | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável

pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/ Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 64, abril 2026 - GRATUITA.

# Editorial

## Caros Leitores

Abril traz sempre consigo a ideia de renascimento. É o mês em que a luz se alonga, em que o país se reencontra com a liberdade e reafirma a sua ligação profunda às raízes. Nesta edição, celebramos essa energia de renovação que atravessa territórios, gerações e formas de expressão. A intervenção artística da Obra de Capa, desafia-nos a olhar a tradição com olhos novos. A reinvenção de um ícone universal recorda-nos que a arte é, muitas vezes, o lugar onde o passado e o futuro se tocam. Refletimos sobre a importância da transparência, rigor e participação, como alicerces fundamentais de uma associação que quer crescer com solidez e visão. Aprofundamos a ideia de que a diáspora é um ativo estratégico para o desenvolvimento dos territórios. A ligação emocional às origens pode transformar-se em investimento, inovação e novas oportunidades. Vem aí o “Portugal Nação Global”. Se procura uma solução para a gestão dos seus seguros, vai encontrá-la nesta edição: Chama-se Winsurance, e conta já com uns respeitosos 50 anos de experiência. A Grande Entrevista deste mês revela o percurso, a visão e a determinação de quem acredita na força dos lusodescendentes e na necessidade de lhes dar espaço, reconhecimento e impacto real no mundo: Gilda Pereira, recentemente eleita Presidente da Direção. A não perder! Analisamos uma infraestrutura estratégica que Portugal ainda não tratou como tal, — o EPE — num apelo à responsabilidade coletiva e ao planeamento de longo prazo. Joaquim Magalhães de Castro, leva-nos a um episódio pouco conhecido da nossa história, quando o Bangladesh “era português”, lembrando-nos que o mun-

do guarda marcas inesperadas da presença lusa. Paula Berteotti, artista plástica, cresceu entre duas geografias culturais que moldaram profundamente o seu olhar e a sua sensibilidade artística. Está em andamento a reabertura da mina da Borralha. Será o fim do Parque Nacional da Peneda-Gerês? Sarah Luz presenteia-nos com poesia que lembra raízes e futuro — crescer é aceitar o inacabado como parte da própria beleza. Revisitamos o universo dos folares, símbolos de partilha e de mesa farta, que fazem de abril um mês de sabores, rituais e memórias. O cérebro infantil encontra caminhos inesperados para crescer, mesmo perante limitações visuais. Estimular todos os sentidos é essencial para que a visão, mesmo reduzida, tenha espaço para florescer. A diáspora deixou de ser apenas memória para se tornar força ativa no desenvolvimento do país. Com estratégia e visão, este capital humano e afetivo pode transformar-se em investimento real para Portugal. O retrato de Andreia Oliveira, exemplifica a nova emigração qualificada, ponte entre ciência e país. Deslumbremo-nos com o talento de Ricardo Alves e o belo na arquitetura. Imperdível. Revivemos o 25 de Abril através do olhar íntimo de quem espreita “por trás dos estores”, entre o medo e a esperança. Descubra qual é a origem da palavra água, e conheça o regime do Incentivo Fiscal à Investigação Científica e Inovação. Porque abril é também tempo de Páscoa, deixamos um desejo de reencontro: que este período inspire união familiar, serenidade e paz — valores que atravessam fronteiras e que unem, de forma silenciosa, mas profunda, todos os lusodescendentes espalhados pelo mundo.



Fátima Magalhães  
Diretora

| E M D E S T A Q U E

# Estatutos e Regulamentos

A elaboração dos estatutos e regulamentos de uma associação é essencial para garantir transparência, estabilidade e coerência no seu funcionamento. Estes documentos não são meras exigências legais; constituem a base que orienta a vida interna, define responsabilidades e assegura que a associação cumpra a missão para a qual foi criada. Os estatutos funcionam como a identidade jurídica e organizacional da instituição. Devem indicar a denominação, a sede, o âmbito territorial, o objeto e as finalidades, formulados de forma clara e suficientemente abrangente para permitir evolução sem perder coerência. Devem ainda definir a estrutura orgânica, estabelecendo a composição e competências dos órgãos sociais, a duração dos mandatos, os mecanismos de substituição e destituição e regras de funcionamento que garantam transparência e responsabilidade. Também o regime de admissão, direitos e deveres dos associados deve ser tratado com rigor, assegurando critérios claros e inclusivos. A gestão financeira e patrimonial deve prever fontes de receita, princípios de administração responsável e mecanismos de fiscalização interna. Por fim, os estatutos devem indicar como podem ser alterados e como se processa a dissolução, garantindo que a associação se adapta ou encerra de forma ordenada quando necessário.

O regulamento interno complementa os estatutos, detalhando o funcionamento quotidiano da associação. É mais flexível e pode ser atualizado com maior facilidade, permitindo ajustar práticas sem alterar o documento fundador. Nele devem constar normas sobre admissão e suspensão de associados, funcionamento das reuniões e assembleias, regras de comunicação, critérios de participação em atividades e grupos de trabalho, procedimentos disciplinares e orientações sobre

gestão documental e proteção de dados. A existência de um regulamento evita que os estatutos fiquem sobrecarregados com detalhes operacionais e reforça a previsibilidade das decisões, facilitando a integração de novos membros e garantindo continuidade entre direções.

A coerência entre estatutos e regulamentos é indispensável. Os regulamentos nunca podem contrariar os estatutos, que prevalecem sempre. Antes de aprovar qualquer regulamento, é essencial verificar se respeita o espírito e a letra dos estatutos, se não cria obrigações ilegais ou desproporcionadas e se não limita direitos dos associados além do permitido. Esta harmonia documental é sinal de maturidade institucional e evita conflitos interpretativos.

A participação dos associados no processo de elaboração destes documentos reforça a legitimidade e o sentimento de pertença. Consultas internas, grupos de trabalho e votações transparentes promovem corresponsabilidade e fortalecem a identidade coletiva.

Tanto os estatutos como os regulamentos devem ser encarados como documentos vivos. A sociedade evolui e a associação deve acompanhar essa evolução. Recomenda-se revisão periódica, com registo claro das alterações e respetiva fundamentação, garantindo memória institucional e transparência.

Elaborar estatutos e regulamentos é um exercício de responsabilidade e visão. Estes documentos são instrumentos de identidade, boa governação e sustentabilidade. Uma associação que investe na sua arquitetura jurídica está a investir no seu futuro, na confiança dos seus membros e na credibilidade perante a comunidade, assegurando que a sua ação é coerente, democrática e capaz de perdurar no tempo.



Cláudia Branco  
Vice-presidente da AILD

| A I L D

# Portugal Nação Global

## Valorizar a diáspora para desenvolver os territórios

Os territórios portugueses enfrentam hoje um grande desafio: como atrair investimento, fixar talento e criar oportunidades num contexto cada vez mais competitivo e global? Para muitos municípios e comunidades intermunicipais, sobretudo fora dos grandes centros, esta é uma questão decisiva com implicações no seu futuro.

Neste contexto, importa reconhecer um ativo estratégico que continua subaproveitado: as comunidades portuguesas na diáspora.

Presentes em múltiplos países, os portugueses e lusodescendentes mantêm, em muitos casos, uma ligação ativa e afetiva aos seus territórios de origem. Conhecem realidades económicas distintas, integram redes profissionais relevantes e podem desempenhar um papel fundamental na criação de pontes entre os territórios e os mercados internacionais.

É este o propósito do Portugal Nação Global, criar um espaço económico exclusivo e inclusivo entre as nossas comunidades espalhadas pelo mundo, potenciando a promoção e atração de investimento. Para os municípios e comunidades intermunicipais, esta realidade representa uma oportunidade concreta. A diáspora pode contribuir para a atração de investimento, para a internacionalização do tecido económico local e para a valorização dos recursos endógenos. Pode, sobretudo, ajudar a posicionar os territórios num espaço económico mais alargado, ultrapassando as limitações do mercado interno.

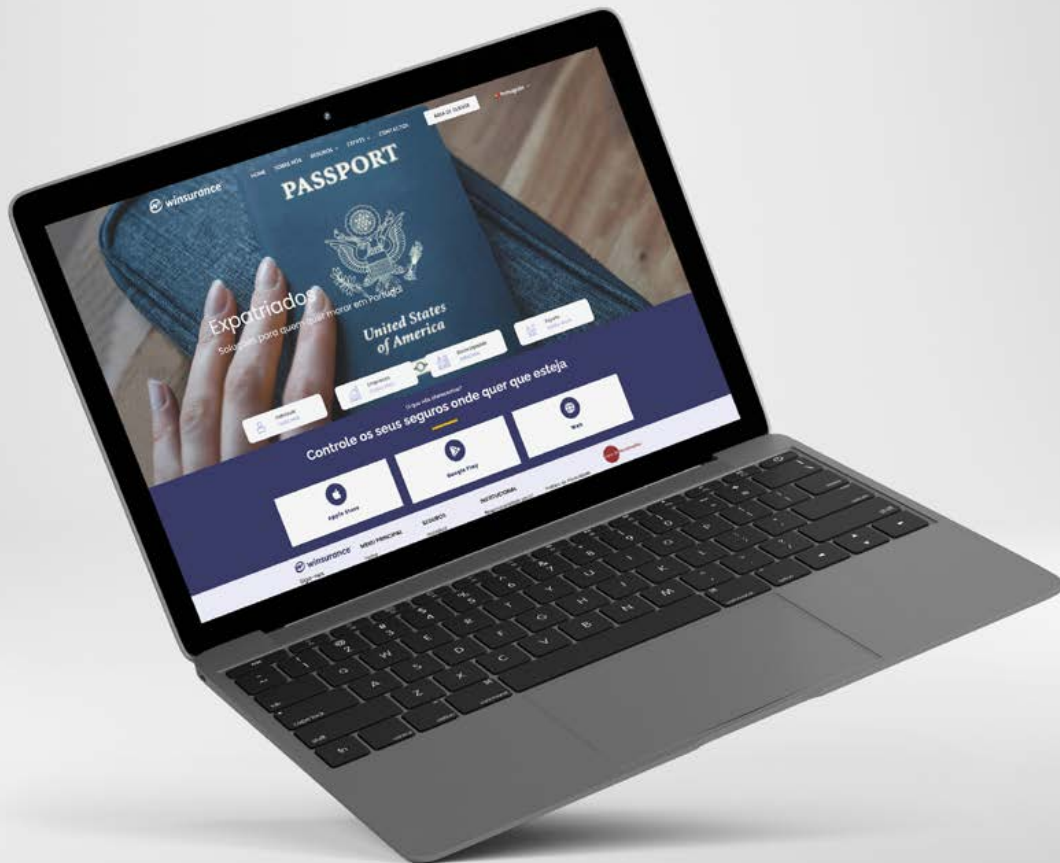
As comunidades intermunicipais e os municípios estão numa posição privilegiada para liderar este processo. Pela sua proximidade ao tecido empresarial, às instituições locais e às pessoas, podem assumir-se como facilitadores de ligações entre os territórios e as redes da diáspora. Podem criar condições para identificar oportunidades, promover parcerias e apoiar iniciativas com impacto económico real. O desafio passa por transformar relações de proximidade em dinâmicas estruturadas de desenvolvimento, sobretudo neste momento, em que as cadeias de abastecimento e de produção estão a ajustar-se geoestrategicamente. Isso implica investir em redes, criar mecanismos de ligação eficazes e integrar a diáspora nas estratégias territoriais de crescimento.

Portugal tem, nos seus territórios e na sua vasta presença global, nos 5 continentes, uma combinação geoestratégica única. Se conseguirmos articular estes dois níveis — local e internacional — estaremos a reforçar a competitividade dos nossos territórios e a criar novas oportunidades para as comunidades.

Valorizar a diáspora não é apenas reconhecer a sua importância. É mobilizá-la, de forma estratégica, para construir um desenvolvimento territorial mais dinâmico, mais sustentável e mais conectado ao mundo. Por isso afirmo e continuarei a afirmar, “os lusodescendentes não são apenas uma extensão da diáspora portuguesa, são o ativo mais valioso que Portugal tem”.



Gilda Pereira  
Presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

## Winsurance

**Como nasce a Winsurance e quais foram os principais desafios na criação e consolidação da empresa?**

A nossa experiência no setor ultrapassa os 50 anos e, este ano, celebramos as bodas de prata da Winsurance! A empresa foi constituída com um objetivo muito claro: posicionarmos não apenas como brokers de seguros, mas como consultores de risco independentes.

Desde o início, quisemos assentar a nossa atividade numa abordagem mais consultiva, mais independente e mais próxima do cliente. Para nós, o risco não deve ser analisado apenas através de contratos isolados, mas sim considerado como um todo, numa perspetiva integrada de proteção, gestão de risco e mitigação de perdas.

A Winsurance nasce de uma visão simples: o seguro não deve ser apenas um produto, deve ser uma ferramenta estruturada de proteção.

Como em muitos negócios que nascem do zero, o maior desafio foi encontrar o mercado pretendido e concretizar negócio. Acresce que esta é uma atividade de “números peque-

nos”, o que significa que a velocidade de cruzeiro demora sempre tempo a alcançar.

A consolidação da empresa tem sido feita com base em relações de confiança de longo prazo, tanto com clientes como com seguradoras e parceiros, e numa lógica de crescimento orgânico e sustentado, sempre orientada para a criação de valor para o cliente.

**Cinquenta anos de experiência acumulada no setor. Que aprendizagens desse percurso moldam hoje a vossa abordagem ao risco e ao cliente?**

A principal aprendizagem ao longo deste percurso é muito clara: o verdadeiro fator distintivo neste setor não é o produto nem a seguradora, é a confiança.

E essa confiança constrói-se de duas formas: através da relação com o cliente e através da adequação das soluções a cada caso concreto. Muitas vezes, o produto pode ser semelhante, mas a diferença está na confiança, na proximidade e na forma como a proteção é estruturada.



**Nuno Muñoz Mendes, Diretor Executivo da Winsurance**

O seguro não deve ser tratado de forma massificada nem como um produto indiferenciado. Cada pessoa, cada família e cada empresa carregam riscos, objetivos e realidades diferentes. Quando as soluções são standard e não são efetivamente ajustadas à realidade do cliente, é muitas vezes no momento do sinistro que surgem os problemas.

O nosso papel é ajudar o cliente a estar bem protegido e a otimizar essa proteção. Isso implica conhecer o cliente, compreender a sua atividade, a sua vida, os seus projetos, e só depois estruturar a solução adequada.

No fundo, o nosso trabalho é construir relações de confiança e garantir que a proteção está ajustada a cada cliente, e não a um modelo massificado de venda pura.

Todos os meses surgem vários exemplos de ajuda e suporte a pessoas e empresas que nem sequer são nossas clientes. Ainda assim, sabemos que essa disponibilidade e esse posicionamento nos colocam na linha da frente quando essas pessoas

ou empresas vierem a necessitar de algum tipo de proteção no futuro.

É esta abordagem personalizada, relacional e de longo prazo que continua a moldar a forma como trabalhamos hoje!

**Têm uma secção e serviços dirigidos a expats. Quais são os principais desafios ao trabalhar com clientes internacionais?**

Trabalhar com clientes internacionais implica compreender realidades muito diferentes: enquadramentos legais distintos, culturas diferentes e expectativas diferentes em relação ao seguro e ao serviço. Desde logo, isso exige uma equipa multifacetada e capacitada em termos linguísticos, nomeadamente em Português, Inglês, Mandarim e Espanhol. Muitas vezes, as pessoas esquecem-se de que um seguro é um “contrato”, regulado pelas “condições gerais e especiais”, e isso requer conhecimento técnico profundo, bem como capa-



cidade linguística para interpretar corretamente as cláusulas. O desconhecimento da existência de seguros obrigatórios ou do funcionamento da atividade seguradora em Portugal pode levar clientes não nacionais a optar por soluções de proteção insuficientes, o que poderá traduzir-se em perdas inesperadas em caso de sinistro. Os clientes estrangeiros valorizam muito a área da saúde, pelo que um dos principais desafios, e também uma das nossas áreas de especialização, se centra neste domínio. Ao mesmo tempo, trata-se de um segmento muito interessante, porque são clientes que valorizam aconselhamento, conhecimento técnico e acompanhamento próximo, exatamente aquilo pelo qual gostamos de ser reconhecidos.

*O vosso portefólio inclui riscos tradicionais e também riscos altamente especializados como saúde, Expats, obras de arte, automóveis de elevado valor, cibersegurança, advogados, médicos ou construção imobiliária. Como desenvolvem soluções tão específicas?*

O foco é sempre o mesmo: criar valor para o cliente! Nós não pretendemos ter “todos” os clientes, mas sim todos aqueles para quem a nossa proposta de valor é verdadeiramente dife-

renciadora. Isso leva-nos, naturalmente, à especialização e à segmentação de mercados e nichos.

Por outro lado, o mercado português é relativamente pequeno em algumas destas áreas, o que faz com que nem sempre existam, a nível local, a experiência e a estatística dos grandes números necessárias para uma correta avaliação do risco e respetiva tarifação. Isso leva-nos, muitas vezes, a procurar alternativas junto de seguradoras e mercados internacionais. Nestes riscos mais especializados, raramente existem soluções standard. Cada caso é analisado individualmente e, em muitos casos, é necessário trabalhar com mercados internacionais para construir uma solução adequada.

*A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?*

Assumimos a premissa de que, sozinhos, eventualmente poderemos ir mais depressa, mas que juntos chegaremos sempre mais longe. A AILD tem o seu foco no ecossistema da língua portuguesa e, para os lusodescendentes, esse universo está muitas vezes associado a uma motivação emocional chamada “Portugal.” Esse denominador comum pode ser a



base para a complementaridade entre os profissionais que integram a AILD e para a criação de plataformas de entendimento que gerem valor mútuo.

Hoje, tanto um cliente internacional como uma empresa necessitam de um conjunto de serviços complementares, como seguros, apoio jurídico, fiscalidade, mobilidade internacional, financiamento, entre muitas outras áreas. A AILD pode responder a essas necessidades de forma integrada, precisamente porque reúne competências complementares dentro de uma mesma rede. As nossas expectativas centram-se na colaboração, na partilha de conhecimento e no desenvolvimento de soluções conjuntas para clientes com necessidades internacionais cada vez mais exigentes.

**Quais são as prioridades estratégicas da Winsurance para os próximos anos? Estão a planear novos produtos, mercados ou parcerias internacionais?**

A prioridade estratégica da Winsurance centra-se nas pessoas, começando desde logo pelos nossos colaboradores.

Para além da capacitação e da melhoria técnica, que são naturalmente fundamentais, estamos muito focados também na dimensão do “Ser.” Levar as pessoas a confiarem mais em si próprias, a acreditarem mais em si mesmas e a superarem-se enquanto pessoas é, para nós, um dos maiores desafios. Quando essa base está consolidada, tudo o resto tende a vir por acréscimo! Para nós, a reputação é simultaneamente um fator crítico e diferenciador. Tudo aquilo que fazemos, dizemos e praticamos tem de contribuir para cimentar essa reputação e, com ela, fortalecer relações de longo prazo com todos os stakeholders.

Em termos de negócio, continuaremos focados na criação de valor para os clientes, o que passa por trabalhar em nichos e ecossistemas e por selecionar produtos, soluções e seguradoras que efetivamente façam sentido para cada realidade concreta.

E sim, para tudo isso, é fundamental permanecermos um player independente, porque só assim conseguimos tomar livremente todas as decisões que se enquadram com aquilo que acreditamos ser melhor para os clientes.



**Vera Diniz**

Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

# GRANDE ENTREVISTA

# GILDA PEREIRA

## PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AILD

*Gilda Pereira é uma figura incontornável na defesa e promoção da lusofonia. Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa e com um mestrado em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade Nova de Lisboa, fundou em 2019, em conjunto com mais cinco elementos, a AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes, onde recentemente assumiu o cargo de Presidente da Direção. Movida pela convicção de que “somos milhões”, Gilda Pereira tem sido uma voz incansável na valorização da herança cultural, na promoção da língua portuguesa e na criação de uma rede global coesa que une gerações e geografias. Nesta entrevista, abordamos os desafios da sua nova liderança, o papel transformador da AILD e a força inesgotável da identidade lusodescendente.*



© Tiago Araújo

Gilda Pereira é uma figura incontornável na defesa e promoção da lusofonia. Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa e com um mestrado em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade Nova de Lisboa, fundou em 2014 a Ei! Assessoria Migratória, a primeira agência de migração em Portugal, dedicada a facilitar a vida a quem escolhe o nosso país para viver ou investir. O seu percurso profissional, que inclui a advocacia em Lisboa e sete anos como consultora em Angola, forjou uma profunda sensibilidade para os desafios da mobilidade humana e para a riqueza das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Tomou posse recentemente como Presidente da Direção da AILD, num mandato de 5 anos. Deixando as posições e ofícios de lado, quem é Gilda Pereira?

A Gilda Pereira é uma pessoa bastante diferente conforme o contexto onde se encontra, eu sou das pessoas mais ecléticas que conheço. Tão depressa posso estar sentada numa mesa com embaixadores e ministros como a seguir posso estar numa tasca a beber uma imperial bem gelada e a comer tremoços. Esta é a verdadeira Gilda Pereira. Eu gosto de coisas muito diferentes e contrastantes, como, por exemplo, ir a museus de arte antiga, passear nas ruas de Paris, mas também gosto de andar de havaianas no Brasil e sentir-me completamente livre na praia, a beber uma água de coco e a comer os petiscos que vendem no calçadão. Adoro a natureza e o seu silêncio, mas também não dispense uma boa noite em Nova Iorque. Sou apaixonada por África, adoro o seu pôr do sol, a temperatura e humidade. Gosto





Alice d'Oliveira



O Último Amor  
De Luís XV

PARCERIA A. M. PEREIRA

de pessoas simples com brilho nos olhos e histórias para contar, gosto de falar com idosos e absorver a sua sapiência. Gosto muito de ler, perco-me nos livros, são o meu escape no dia a dia. Gosto de coisas antigas, objetos retro, de história, livros sobre história e documentos históricos. Gosto muito de fotografia. Adoro dançar, conhecer pessoas e de falar várias línguas. Gosto muito das coisas simples da vida, mas também sou uma pessoa sofisticada. Enfim... sou uma sonhadora e otimista incurável, uma pessoa com muitos contrastes e que, por isso, se adapta facilmente a qualquer sítio e qualquer situação. Não é possível colocar a Gilda numa caixa, até porque ela nem sabe o que é, nem onde está a caixa.

**Recentemente assumiu a presidência da Direção da AILD. Que significado tem para si este novo desafio na associação que ajudou a fundar?**

Como é natural, foi com um enorme orgulho que aceitei este novo desafio para assumir a presidência da direção da AILD. Para mim, foi muito importante, uma vez que eu sou uma das fundadoras da associação e agora, enquanto presidente, poderei conduzir mais projetos, dar outro tipo de inputs e prioridades à associação, incutir outras dinâmicas e estabelecer outras metas e objetivos para os próximos cinco anos.

**A AILD nasceu em 2019 com a missão de identificar, unir e representar os lusodescendentes. Olhando para trás, como avalia o caminho percorrido até aqui?**

A AILD surgiu em 2019, pela vontade de seis pessoas em criar uma associação direcionada para os lusodescendentes, mas uma associação diferente de todas as outras que existiam até então. Neste caso, seria uma associação com sede em Portugal, ao contrário de muitas outras que existem pelo mundo fora, e com o nosso “cérebro” de opções de Portugal para o mundo. Olhando para trás, sinto um enorme orgulho: começámos por ser seis e hoje somos muitas centenas de pessoas, em todo o mundo, com quatro delegações internacionais, por enquanto, a cultivar os mesmos ideais. É relevante frisar que, tudo o que foi feito e todas as

iniciativas levadas a cabo pela associação, foram fruto do nosso trabalho, vontade e determinação, uma vez que nunca recebemos qualquer incentivo económico, subsídio ou apoio monetário. Por isso, acho que com os poucos recursos que tínhamos conseguimos fazer muito e chegarmos à dimensão em que nos encontramos hoje.

**Costuma afirmar que “os lusodescendentes não são apenas uma extensão da diáspora portuguesa, são o ativo mais valioso que Portugal tem”. Como é que a AILD trabalha diariamente para potenciar este ativo?**

Efetivamente costumo referir que os lusodescendentes vão muito além de uma extensão da diáspora, representando cerca de 20 milhões de pessoas, contra os estimados 5 milhões da diáspora portuguesa. Os lusodescendentes, são um ativo valioso para Portugal, pela sua adaptabilidade, conhecimento e capacidade de atuar com excelência em qualquer país e área profissional. Muitas vezes esse valor não é reconhecido em Portugal, ou sequer conhecido, pelo país de origem, e um dos objetivos da associação é justamente mostrar o melhor que esses lusodescendentes fazem no mundo, ajudando a potenciar Portugal como país. O jornalista e escritor Manuel Arouca escreveu num dos seus romances que a principal marca de Portugal no mundo era a de se misturar com outros povos de forma natural, e se isso não fosse festejado e acarinhado com todo o empenho, Portugal definiria-se como nação. Vamos continuar a defender e fortalecer essa mensagem.

**A AILD tem uma presença internacional crescente, com delegações em vários países, desde a Europa à Ásia. Qual é a importância desta expansão geográfica para a consolidação da rede global de lusodescendentes?**

Para a AILD, aumentar a presença internacional é crucial para expandir a rede de contactos e influência em várias regiões do mundo. Isso fortalece o lobby dos lusodescendentes, tornando essa rede cada vez maior e mais significativa. Pretendo neste meu mandato manter esse foco para que a AILD possa crescer com impacto real.



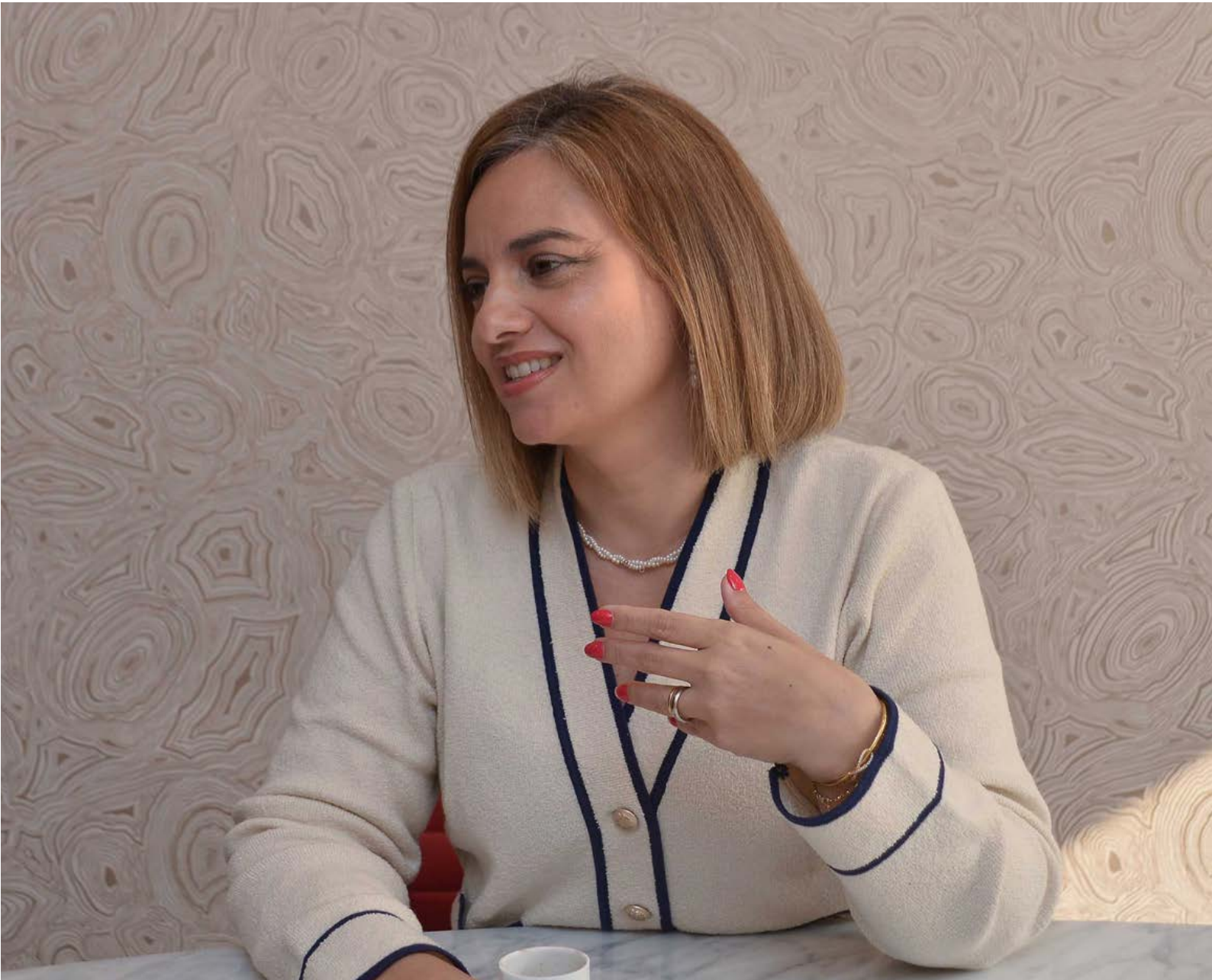
© Tiago Araújo

Uma das vossas bandeiras é a promoção da língua e da cultura portuguesa. Como é que a AILD consegue manter viva essa chama, especialmente junto das novas gerações que já nasceram fora de Portugal?

A promoção da língua portuguesa é para a AILD um dos pilares principais. Por mais curioso que pareça, as gerações nascidas fora de Portugal, ou seja, as gerações mais novas, são as que mais procuram aprender português. O que tenho constatado ao longo destes anos é o seguinte:

a primeira geração que saiu de Portugal manteve o português como primeira língua e era a língua utilizada dentro de casa; a segunda geração adaptou-se aos países de destino e começaram a falar a língua local, esquecendo aos poucos o português que os pais falavam em casa; agora, a terceira geração deseja voltar às origens, aprender e falar português.

As gerações mais novas veem na língua portuguesa um ativo muito importante, tanto para o mundo do trabalho quanto para se conectarem com Portugal, que, como sa-



© Tiago Araújo

bem, é um país cada vez mais valorizado e procurado pelos estrangeiros e que enche de orgulho os lusodescendentes da terceira e quarta geração. Na AILD, temos procurado ao longo dos anos e através de diversos projetos, (alguns deles já na sexta edição, o que demonstra o seu sucesso), promover a língua portuguesa.

**A associação é descrita como apartidária e sem fins lucrativos. De que forma essa independência é fundamental para o sucesso e a credibilidade das vossas ações?**

Para mim foi muito importante, em 2019, quando aceitei o convite para ser membro fundador da AILD, que a associação fosse apartidária. Essa foi uma das condições que me levou a aceitar o convite; caso contrário, não o teria feito. Isso porque, quando uma associação está ligada a um partido, tende a seguir certas ideologias e a condicionar as suas atividades a essas ideologias específicas com as quais nem todos os lusodescendentes se identificam. Nesse sentido, o facto de a AILD ser uma associação apartidária, cujo único objetivo é aproximar e promover a Cultura portuguesa e



© Tiago Araújo

aproximar os lusodescendentes pelo mundo, confere maior credibilidade às nossas ações, por serem completamente livres de qualquer pressão partidária e ideológica.

A AILD promove eventos que dão rosto e voz à lusofonia, como exposições de arte, lançamentos de livros, colóquios, concursos literários. Qual é o impacto destas iniciativas na preservação da identidade cultural?

A missão e o propósito da AILD são exatamente a divulgação da cultura, da língua e da ação social dos portugueses e dos lusodescendentes nas diversas partes do globo. Daí nós darmos a conhecer ao mundo exposições de artistas luso-

descendentes, lançamento de livros escritos por lusodescendentes e colóquios e concursos literários que possam enriquecer o conhecimento da cultura e língua portuguesa.

Projetos como o “Realces” e as “Obras de Capa” o concurso literário “As minhas férias em...” o Portuguese in Translation Book e o “Literanto” têm ganho destaque. Pode falar-nos um pouco mais sobre estas iniciativas e como elas envolvem a comunidade?

Estes projetos são exemplos sólidos de iniciativas que a AILD tem desenvolvido nos últimos anos, alguns deles com mais de 6 edições. O “Realces” é um projeto multidiscipli-



© Tiago Araújo

nar que permite a acessibilidade às artes plásticas a pessoas cegas ou com baixa visão, e que hoje envolve vários parceiros, como a Sociedade Portuguesa de Oftalmologia, a ADV - Aliança para a Deficiência Visual, a Universidade do Minho, entre outras. Com diferentes ações, tem vindo a alertar os mais jovens para as questões relacionadas com a visão, bem como para a inclusão de TODOS nas artes. São já diversos os municípios que acolhem o “Realces”, envolvendo assim diretamente as comunidades locais.

“Obras de Capa” nasceu com a revista “Descendências”: todos os anos é promovido nas suas capas um artista plástico (e também a língua portuguesa nos textos que retratam as obras) e, no final, é feita uma exposição das 12 obras (dos 12 meses), que circula pelas nossas comunidades através dos pontos focais do Camões I.P.. No último ano tivemos um artista lusodescendente americano, o Michael de Brito, e agora vamos iniciar a itinerância da sua exposição.

O concurso literário “As minhas férias em...” tem como finalidade promover e fomentar, junto dos jovens e das crianças lusófonas a viverem fora do país de origem, a língua portuguesa, o gosto pela criação literária e a investiga-

ção histórica, geográfica e cultural sobre os países de língua oficial portuguesa. Na edição deste ano, a viagem vai ser feita até Timor-Leste. São parceiros desta iniciativa a LEYA (patrocinador oficial), a Fundação Calouste Gulbenkian e a Maison du Portugal. A participação e o envolvimento da rede do EPE (Ensino Português no Estrangeiro) têm garantido a participação de vários países, e este ano pretendo envolver os países de língua portuguesa com a formalização de um protocolo com a CPLP.

O \*Portuguese in Translation Book\* nasce da delegação da AILD no Reino Unido, com a sua autora, a premiada escritora Gabriela Ruivo, a lançar um projeto de divulgação de autores de língua portuguesa ao público inglês. Sem dúvida, tem sido um verdadeiro sucesso, e autores, tradutores e público têm aplaudido de forma entusiasta esta iniciativa. Finalmente, o “Literanto”, que é hoje uma referência em França no que à divulgação da literatura infantojuvenil diz respeito, com as “Horas do Conto” promovidas pela Sara Nogueira e outras iniciativas desenvolvidas no âmbito do projeto, tem levado mais longe a língua e a cultura portuguesas.



© Tiago Araújo

Estes projetos já alcançaram uma dimensão significativa: por exemplo, o “Realces” já foi exibido em Washington, e as “Obras de Capa” já contam com várias exposições em Vigo, Santiago de Compostela e até uma residência artística em Ancara. Estes projetos demonstram a solidez das atividades e iniciativas da AILD e a forma como pretendemos envolver a comunidade lusodescendente através delas.

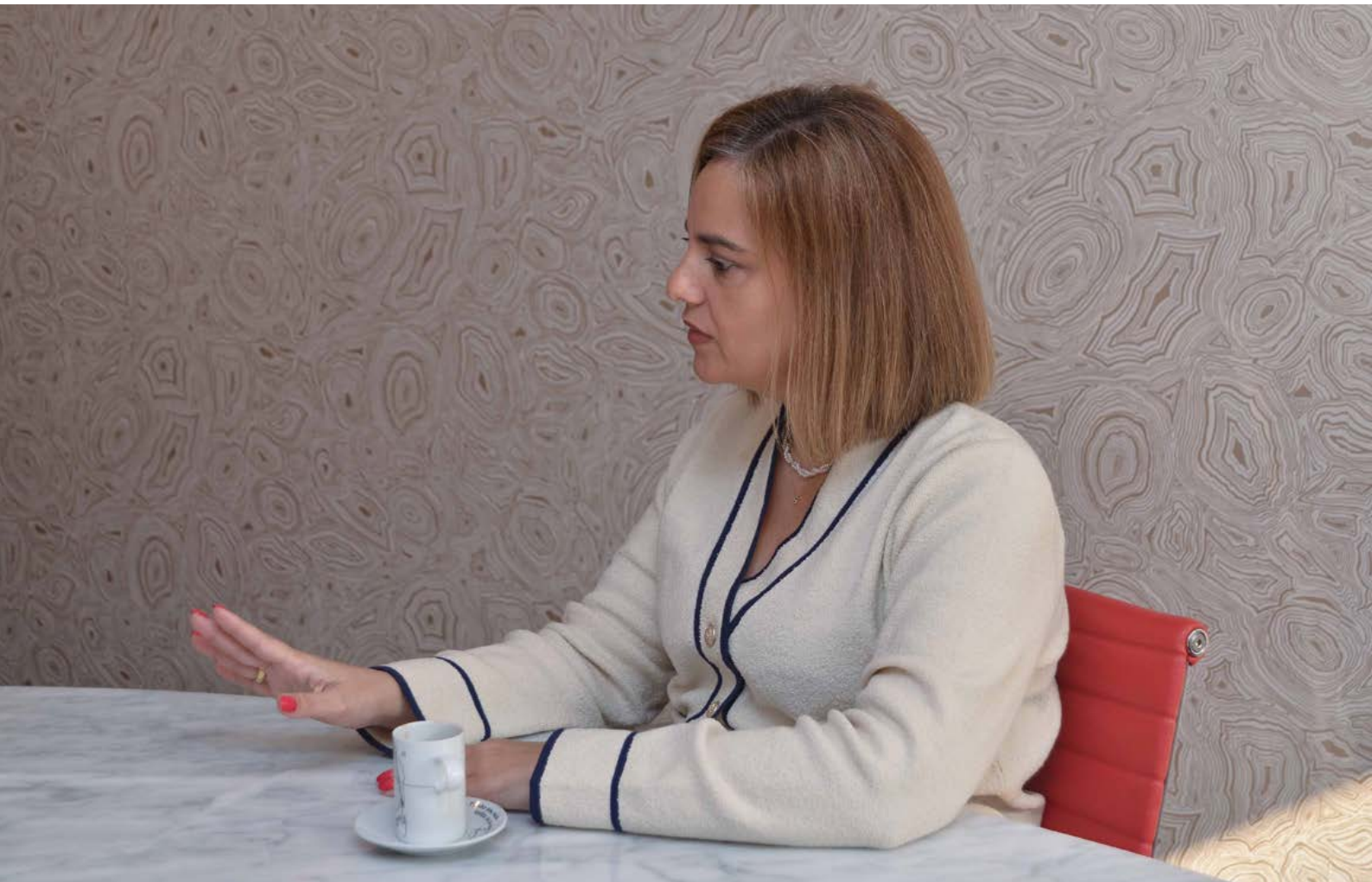
**Na sua visão, quais são os principais desafios que os lusodescendentes enfrentam atualmente nos seus países de acolhimento e como a AILD pode ajudar a superá-los?**

Na minha visão, os principais desafios que os lusodescendentes e os portugueses da diáspora enfrentam nos países de acolhimento são, sobretudo, as barreiras burocráticas para tratar da sua documentação, seja através do consulado ou outras entidades competentes para o efeito. A AILD presta aos seus associados, através do seu gabinete jurí-

dico, um apoio para ultrapassar as barreiras burocráticas e facilitar a integração, quer no país de destino, quer em Portugal. Sempre que necessário, a AILD auxilia na obtenção de diplomas académicos traduzidos e apostilados que precisam ser obtidos em Portugal, ou qualquer outro tipo de documentação que seja necessária para facilitar a sua vida nos países onde moram e/ou a tratar de questões burocráticas em Portugal. A AILD presta igualmente auxílio os portugueses que queiram regressar a Portugal, dando a conhecer as vantagens de o programa Regressar e como dele podem beneficiar.

**A AILD tem estabelecido diversos protocolos de cooperação com o movimento associativo, empresas e instituições públicas. Qual é a importância destas parcerias estratégicas?**

Todos os protocolos que a AILD tem estabelecido com movimentos associativos, empresas privadas e instituições



© Tiago Araújo

públicas têm como objetivo um crescimento conjunto e a realização de ações concretas com essas entidades, para que os projetos da AILD tenham maior alcance dentro e fora de Portugal. No meu mandato, tenho como prioridade, rever alguns desses protocolos, porque não basta a assinatura. É preciso ação!

**Como CEO da Ei! Assessoria Migratória, tem uma vasta experiência na área das migrações. De que forma essa experiência empresarial enriquece a sua liderança na AILD?**

O facto de o meu trabalho estar ligado aos movimentos migratórios confere-me muita experiência em lidar com certas situações em que se encontram os associados da AILD. Por exemplo, como CEO da Ei!, eu lido com determinadas comunidades portuguesas lá fora, nomeadamente Canadá, Estados Unidos, Angola e Brasil. E isso traz-me, obviamente, um conhecimento mais concreto dessas comunidades e das suas necessidades, o que me permite transpor para a

AILD, conseguindo colmatar através do associativismo algumas das necessidades dos nossos associados. Por outro lado, como CEO da Ei!, tenho uma perspectiva mais empresarial sobre o investimento da diáspora em Portugal e o investimento estrangeiro em Portugal, e essa experiência irá, espero eu, conferir neste meu mandato uma componente mais empresarial à AILD. Ou seja, que esta rede, para além de ser artística e cultural, se torne também cada vez mais uma rede de networking entre os empresários da diáspora e os lusodescendentes que vivem nas diversas latitudes do mundo, mas que têm como objetivo investir em Portugal.

**A Revista Descendências, da qual também é fundadora, é um projeto editorial inovador. Qual foi a principal motivação para criar este espaço de informação das comunidades portuguesas e lusófonas?**

A revista Descendências surge com o objetivo de ser o principal meio de comunicação dos lusodescendentes e da diá-



© Tiago Araújo

pora portuguesa. A revista é considerada como um projeto editorial inovador em vários sentidos, começando que nós, na Descendências, não temos notícias. O nosso objetivo é dar a conhecer aquilo que de melhor se faz pelos lusodescendentes e pela diáspora no mundo, em diversos setores, na pintura, na escrita, na escultura, na dança, na gastronomia, na poesia, no cinema, na fotografia, na investigação e damos a conhecer também um bocadinho do mundo institucional, o que é o Camões I.P. e as suas atividades, como funciona o Instituto Diplomático, damos voz ao Conselho das Comunidades Portuguesas através dos seus conselheiros

espalhados pelo mundo. Depois temos uma particularidade que é, nós não temos capas na nossa revista, temos “Obras de Capa”.

**Acredita que a sociedade portuguesa em território nacional valoriza e compreende suficientemente o peso e a importância das suas comunidades no estrangeiro?**

De todo! A sociedade portuguesa não compreende o peso e a importância das comunidades portuguesas no estrangeiro. Para a maioria dos portugueses, os imigrantes e os



© Tiago Araújo

lusodescendentes continuam a ser aquelas pessoas que, de vez em quando, enviam remessas e vêm passar férias a Portugal. Ora, nós, enquanto AILD e a própria revista Descendências, tentamos exatamente quebrar esse estigma e dar a conhecer que os lusodescendentes e os portugueses da diáspora são muito mais do que isso, e que são um dos maiores ativos que Portugal tem.

**A AILD defende o estreitamento de relações para potenciar a economia, a sociedade e o turismo em Portugal.**

**Que papel podem os lusodescendentes desempenhar no desenvolvimento económico do país?**

Na AILD pretendemos potencializar o papel dos lusodescendentes na sociedade, no turismo e na economia em Portugal. Nós temos, por exemplo, um protocolo com o turismo do Porto e Norte, e as Termas de Portugal, com quem vamos este ano iniciar algumas atividades das quais os nossos associados poderão vir a beneficiar. Eventos como o Portugal Nação Global são muito importantes para os lusodescendentes e os portugueses da diáspora sentirem que podem contribuir da forma que considerem mais pertinente com o seu *know-how* para o desenvolvimento económico em Portugal. Por isso, esta iniciativa do Portugal Nação Global é de louvar e esperamos que esta edição se volte a re-

petir porque o objetivo é exatamente unirmos os portugueses que se encontram espalhados pelo mundo a potenciar a economia, a sociedade, a cultura e o turismo em Portugal.

Vivemos numa era digital onde a comunicação é imediata. Como é que a AILD utiliza as novas tecnologias e as plataformas digitais para unir uma comunidade tão dispersa geograficamente?

A AILD tem mantido — e sempre manteve — uma presença muito forte nas redes sociais desde a sua génese. Através do seu website institucional, que torna a inscrição como associado online muito fácil e intuitiva, dispõe de *landing pages* para cada projeto, facilitando bastante o acesso de quem tenha interesse num projeto específico. Lançámos também uma academia de promoção da língua portuguesa onde poderão encontrar mais informações em *falarportugues.pt*. Esta iniciativa destina-se a apoiar estrangeiros e lusodescendentes que queiram aprender a falar português. Este novo projeto tem ainda uma característica singular: as empresas podem oferecer aulas de português a determinadas pessoas, ou seja, podem atuar como tutoras de alunos de português num modelo de mecenato. Esta atividade funciona também como uma ação de responsabilidade social expandindo desta forma o ensino do português com o apoio entidades privadas.

Para alguém que seja lusodescendente e não conheça a associação, quais são as principais vantagens de se tornar associado da AILD?

A AILD oferece, aos lusodescendentes, como vantagem principal, de nunca estar sozinho, independentemente da área de atuação e da zona geográfica onde se encontre. Os

associados têm acesso a uma rede internacional de contactos, que pode ser crucial para divulgar o trabalho, seja de um artista, apresentar uma empresa no caso dos empresários, realizar negócios e participar em missões empresariais. Além disso, como parte da associação, os lusodescendentes podem usufruir de benefícios junto às entidades com as quais a AILD mantém protocolos, como unidades hoteleiras, seguradoras e outras instituições, onde os associados poderão ter direito a descontos e outros privilégios.

Num dos seus textos, escreveu: “A herança portuguesa pelo mundo é feita de língua, de cultura, de valores, de sabores, de saudade e de esperança”. O que significa, para si, ser lusodescendente hoje?

Portugal, apesar de ser um país pequeno, é extraordinariamente rico em cultura, arquitetura, gastronomia e diversidade paisagística. Penso que, tendo em conta a sua dimensão, Portugal, é o mais rico e diversificado de todos os países. Ser lusodescendente, hoje e sempre, deve ser motivo de orgulho, porque os portugueses têm no sangue a coragem, a ousadia e a resiliência, comprovadas por toda a sua história e pelo seu passado. Assim, continuaremos de cabeça erguida, com muito orgulho na nossa língua, na nossa cultura e nos nossos costumes e, tal como no passado, sem receios que os nossos valores e costumes desapareçam quando diluídos com outras culturas pois, a história diz-nos que a cultura portuguesa não desaparece com o passar dos anos, mas enraíza-se e multiplica-se.

A AILD tem como lema “Unidos somos mais fortes”. Como planeia, enquanto Presidente, fomentar ainda mais a união e a solidariedade entre os membros e associados neste seu mandato de 5 anos?





© Tiago Araújo

Eu sou uma pessoa de pessoas e para pessoas, portanto o lema “unidos somos mais fortes” para mim não é um lugar comum é algo que eu costumo trazer para todos os meus projetos. Tenho uma visão clara: envolver profundamente as pessoas e fazê-las sentir parte de cada projeto e da própria associação. Quero aumentar os convívios presenciais e tenho como prioridade concretizar o projeto do “Lusodescendências” — Encontro Mundial dos Lusodscendentes em Sintra, município onde está sediada a nossa associação. Além disso, neste mandato, pretendemos fortalecer os laços entre a AILD e os municípios locais de forma a alcançar o nosso objetivo de união, crescimento e maior visibilidade. Vamos avançar com foco e energia!

**Para terminar, que mensagem gostaria de deixar a todos os portugueses e lusodscendentes espalhados pelo mundo que acompanham o trabalho da AILD?**

Eu gostaria de deixar aqui um repto a todos os portugueses e lusodscendentes que se encontram nos mais diversos pontos do mundo, para que se juntem à AILD, que se façam associados da AILD, para juntos podermos fazer ainda mais pelo nosso país, pela nossa cultura e pela nossa economia. Num mundo cada vez mais fragmentado, que isso nos sirva de exemplo a nós, portugueses, para nos voltarmos para as nossas raízes e para nos unirmos e juntos conseguirmos chegar mais longe. A AILD espera pelo vosso contributo.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

# EPE

## A infra-estrutura estratégica que Portugal ainda não tratou como tal



Língua

Em Portugal fala-se muito, e com razão, da “geração mais qualificada de sempre” que emigra. Mas raramente se completa a frase com a consequência inevitável: essa geração faz vida fora, cria família fora e educa os filhos fora — muitas vezes em famílias mistas, com a língua do país de acolhimento (ou o inglês) como idioma dominante do quotidiano. Quando isto acontece, a ligação a Portugal não surge por inércia. Ou se constrói, ou perde-se.

É aqui que o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) deixa de ser um programa “para manter tradições” e passa a ser

aquilo que deveria ser encarado como prioridade de Estado: uma infra-estrutura estratégica de ligação inter-geracional, de liderança na Lusofonia e, sim, de futuro económico. Mais: é a língua portuguesa para os filhos que já hoje move a nova emigração. E será esse o veio condutor do “novo associativismo nas comunidades”. Aquele associativismo que toda a gente almeja, mas que ninguém planeia. A escola da língua, quando é estável e próxima, gera redes, encontros, voluntariado, projectos. Sem essa âncora, continuaremos a pedir “dinâmica comunitária” como se ela nascesse do ar.

Tenho visto isso acontecer no terreno. Conheço dois irmãos nascidos em Moçambique, de pais moçambicanos (com ligação documental a Portugal), que emigraram para os Países Baixos e cresceram com o inglês como língua de casa. Foi no EPE, na Haia, que começaram a falar português de forma funcional, não “perfeito”, mas suficiente para abrir portas: numa comunidade lusófona, numa rede familiar, numa identidade que antes não estava acessível. O EPE, quando funciona, não preserva apenas: cria pontes que não existiam. Para que isso aconteça em escala, o EPE tem de mudar de patamar.

Primeiro, planeamento com dados reais e rede plurianual. Não faz sentido mapear comunidades com base em registos consulares quando a inscrição não é universal e as moradas não são actualizadas ao ritmo da mobilidade interna. Em países como os Países Baixos existem dados públicos e anuais por município, com recorte demográfico, que permitem antecipar onde estão as novas comunidades e onde estarão as crianças e jovens. Um “Mapa Dinâmico” alimenta uma decisão simples: abrir pólos onde a procura existe e vai existir, e não apenas onde “sempre existiu”.

Depois, estabilidade de horários. Uma das maiores razões de abandono do EPE é a volatilidade e a divulgação tardia dos horários, quando as famílias já fecharam desporto, música e outras actividades com meses de antecedência. Não se compete com o calendário local com improviso. Uma rede plurianual (três anos) reduziria a carga administrativa anual, daria previsibilidade às famílias e facilitaria algo decisivo: garantir salas. Quem negocia espaços escolares sabe: sem antecedência e sem compromisso de continuidade, perde-se tempo, perde-se credibilidade e perdem-se salas.

Terceiro, coordenações com capacidade no terreno. Especificamente no “Benelux”, ela não é homogénea. Calendários escolares, perfis migratórios e práticas institucionais diferem profundamente entre Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos. É que isso do “Benelux” só é uma alegada semelhança entre países para políticos portugueses com necessidade de cortar orçamentos, não para luxemburgueses, belgas ou neerlandeses. Não é razoável que a captação de novos espaços nos Países Baixos dependa essencialmente de contactos remotos.

O crescimento da comunidade portuguesa nos Países Baixos exige um modelo mais adequado: núcleos nacionais com autonomia operacional, metas e orçamento de presença local. Quarto, abandonar a ideia bafienta de que o EPE só funciona em regime integrado. Lá está Portugal e a mania das grandezas. Quando repetimos esse mantra, estamos a desejar, ao mesmo tempo, que os portugueses continuassem a viver concentrados nos mesmos municípios, tradicionalmente nas periferias onde o preço do metro quadrado “encaixa” em carreiras construídas entre a construção civil e as limpezas (sem qualquer desconsideração). E alimentamos, sem coragem para dizer o nome, comportamentos de guetificação que nos empurram para aquilo de que tantos fugiram em Portugal: um elevador social eternamente encravado.

A nova emigração não vive assim. Está dispersa, informada, exigente, cooperante — e por isso mesmo precisa de uma oferta de EPE em regime paralelo, nas novas geografias: perto das escolas locais, compatível com horários reais, com presença constante e adaptação rápida à mudança. Não são adjectivos que a Administração Pública portuguesa costume usar para se descrever. Mas o desafio é exactamente esse: não é nomear pessoas diferentes para cargos estáticos a cada legislatura; é ter impacto, mudar as coisas.

Quinto, uma visão inclusiva da língua e da cultura. A entrada crescente de docentes oriundos do Brasil nos concursos do EPE é um dado de realidade. E pode ser um Activo. O Estado português tem de clarificar a narrativa: Portugal deve ser âncora institucional, mas o português é uma língua pluricêntrica. Há muito que tenho a opinião de que o que hoje são sotaques amanhã são pronúncias. Se queremos captar filhos de portugueses, lusodescendentes e famílias de outras nacionalidades lusófonas, não podemos construir barreiras simbólicas com uma ideia estreita de “cultura portuguesa”. Precisamos de um modelo inteligente: Portugal como Referência e a Lusofonia como Pertença.

E há ainda um ponto que me inquieta profundamente: o acesso ao ensino superior em Portugal para jovens lusodescendentes. Os Países Baixos conseguem abrir as portas das suas universidades a estudantes portugueses com mecanismos de candidatura mais abrangentes e menos centrados na “nota” ou em equivalências disciplinares milimétricas. Portugal,



porém, continua a impor aos seus jovens lusodescendentes um labirinto de equivalências, homologações e entraves que desincentivam a ligação académica. É paradoxal: exportamos talento e importamos burocracia.

Este debate liga-se, inevitavelmente, à coesão territorial. Queremos repovoar o interior? Então por que razão a aposta política parece surgir mais depressa em torno de programas como o Programa Regressar/Voltar, com benefícios fiscais de legalidade ao nível europeu no mínimo duvidosa, do que numa estratégia de atracção juvenil baseada no EPE e na rede universitária? Que mensagem damos quando prometemos atractividade ao interior sobretudo através de reformas mais altas (quatro, cinco, seis vezes superiores às da população local) em territórios onde já existem acordos para evitar a dupla tributação, em vez de abirmos as portas das regiões de baixa densidade aos jovens, para que possam estudar, criar projectos, fixar-se e fazer família? É difícil compreender como esse caminho produzirá o mesmo resultado. Trazer jovens da diáspora para polos universitários do interior, com alojamento, mentoria, estágios e integração local, é uma política com potencial de gerar o que realmente interessa: fixação, projectos, empresas, famílias e economia.

Por fim, os recursos humanos e o regime jurídico/financeiro

do EPE: hoje o EPE é, em muitos aspectos, um gigante com pés de barro. Falamos dele como ferramenta diplomática essencial (que o é) mas sustentamo-lo com um modelo financeiro desactualizado, que não acompanha o custo de vida dos destinos, não viabiliza recrutamento local em part-time de qualidade e coloca em risco a continuidade. Isto põe em causa o presente e o futuro desta ferramenta diplomática num tempo em que a posição de Portugal no contexto europeu e transatlântico se joga também na capacidade de manter língua, redes e influência cultural.

A minha visão para o EPE é, por isso, clara: um EPE previsível, baseado em dados, adaptado às novas geografias da emigração em regime paralelo, com coordenações capacitadas no terreno, um regime financeiro moderno e sobretudo devidamente capacitado, uma narrativa lusófona inclusiva e uma ponte real para o ensino superior e para a coesão territorial.

Nos dias 29 e 30 de Abril, em Lisboa, na Reunião Anual do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas da Europa, estes e outros temas serão aprofundados pelos conselheiros. Mais uma vez, sairá daí matéria valiosa — não para ficar em actas, mas para ser colocada ao serviço dos decisores políticos. Porque o EPE não é uma saudade organizada. É uma política pública de futuro.



**Tiago Rodrigues Soares**  
Presidente Conselho Regional  
Comunidades Portuguesas na Europa



Build on **Trust**

# **WHERE INVESTMENT, TRUST & PROTECTION MEET!**

*Winsurance is the gateway where investment,  
risk assessment, and protection come together.*



**LET'S CONECT!**

**IAMSAFE @ WINSURANCE.PT**

**WHATSAPP: +351 213 714 164**



REI-  
NO  
DE  
CA-  
OR  
REI-  
NO  
DE  
BAR-  
CVN-  
DÀ  
PATANE S

## PASSAGENS

# Quando o Bangladesh “era português”

## O porto pequeno de Satagon

Tomé Pires e Duarte Barbosa são os primeiros a dar-nos notícias dos reinos de Bengala povoados por “gente de peleja e de trato”, ou seja, guerreiros e mercadores, chamando desde logo a atenção para riquezas como o algodão, o açúcar, o gengibre e os “panos pintados e finos”. Foi apenas uma questão de tempo até que os portugueses começassem a chegar, aportando ao principal porto fluvial (com o nome de Bengala), e percorrendo depois o leito do rio a jusante ao longo de dois dias até chegar ao porto de Satgaon, que passaria a ser designado como “Porto Pequeno”, para diferenciá-lo de Chatigão, também conhecido como Porto Grande de Bengala, e onde os portugueses se encontravam instalados pelo menos desde 1518. Há notícia de aí ter chegado, em 1533, Afonso de Melo capitaneando uma frota de cinco navios e uma centena de homens com presentes para o sultão local que, pelos vistos, não terá apreciado o gesto pois colocou a ferros os visitantes, o que motivaria o envio, por teimosia do vice-rei em Goa, de nova frota portuguesa, capitaneada por Diogo Rebelo, que teria sucesso e logrou abrir o porto de Satgaon ao comércio português. Assim, em 1535 os portugueses viam a sua presença solidificada naquelas paragens, embora com altos e baixos e nem sempre conseguindo manter a sua permanência. Seria a natureza a impor as suas regras, com a sedimentação do leito do rio que acabaria de vez com aquele ancestral porto. Como opção, os portugueses estabelecer-se-iam uns cinco quilómetros para sul, e em Bandel (do termo persa bandar) – a quarenta e dois quilómetros da actual Calcutá – viriam, em 1537, a estabelecer feitoria.

Ambos os portos eram desde há muito bastante frequentados por árabes, persas, abexins e hindus, que ali comerciavam vasta panóplia de produtos, entre os quais o arroz tão necessário a Malaca. Foi, aliás, para suprir essa falta que Afonso de

Albuquerque, seguindo uma estratégia concertada, e visando os quatro pontos-cardeais, enviou os seus emissários.

Duarte Barbosa chama atenção para uma nada recomendável actividade, pelos vistos predilecta naquelas paragens, e que era a compra (ou roubo) de jovens rapazes que “depois de castrados e educados” vendiam-se como guardiões das fazendas e das mulheres dos senhores, bem resguardados nos serralhos, e destinados ainda “para outras vilezas”. Datada de 1518, uma carta redigida em Cochim por um tal João de Lima, chamando atenção para a barateza dos produtos locais, comprova que já nessa altura os portugueses por lá mercadejavam.

Em 1579, o mercador Pedro Tavares consegue em Agra, onde estava sedeada a corte do imperador mogol Acbar, autorização para uma concessão comercial – firman – e assim se erguia uma cidade que foi buscar o nome ao rio que a banha, o Hooghly, ficando a ser conhecida entre os portugueses como Hugli ou Uglim. Nessa mesma data há notícia da existência nesse local de um porto, assim como um forte, sendo esse considerado o momento fundador dessa cidade que esteve na génese da gigantesca urbe que é hoje Calcutá.

Os casados (assim se denominavam estes portugueses) eram autónomos do poder em Goa, embora devessem obediência, em teoria, ao capitão-geral do Ceilão, e eram eles que nomeavam os capitães da cidade. Em 1598, os católicos em Hugli totalizavam cerca de cinco mil, entre nativos e mestiços. Os portugueses tinham assim o exclusivo do comércio para a Europa de todos produtos que os povos das mais diversas proveniências faziam chegar a Bengala.

A região encontrava-se sob domínio de muçulmanos locais que governavam em nome do nababo que tinha a sua corte na cidade de Rajmahal, na margem oeste do Ganges. Uma



"Povo do Reino de Bengala", ilustração portuguesa século XVI

quarentena de quilómetros mais a sul, na margem leste desse mesmo rio, erguia-se a cidade de Gaur (ou Gour) visitada alguns anos antes por António de Brito e Diogo Pereira, que partiram de Chatigão em Outubro de 1521.

Gaur, importante cidade do antigo império medieval hindu de Sena, era na época o expoente máximo da civilização bengali. Brito e Pereira ficaram atónitos com a extensão do local, muito fértil e abundante em produtos agrícolas, tendo comparado as ruas e travessas com as nossas, pois eram feitas de tijolo "ao modo da Rua Nova de Lisboa". Quem visita o local, onde só restam ruínas da gloriosa época de outrora, dificilmente tem ideia da dimensão dessa cidade onde era tal a afluência de gente que "os senhores encarregavam homens de lhe abrir o caminho à custa de pancadas com canas, porque de outro modo os seus cavalos espezinhariam muitos".

#### Daca, a frenética Babel

Daca recebe-nos, logo à saída do aeroporto internacional de Hazrat Shah Jalal, como só ela sabe receber. Com um trânsito infernal, misto de riquexós a pedal ou motorizados, um dos quais verdadeira gaiola para transporte de crianças em idade escolar, e autocarros e camiões de chapa amolgada, tinta ras-

pada e meio apodrecidos. E é claro, um mar de peões, quantos deles peões-de-Brega evitando o touro (leia-se viaturas), todos em busca de espaço para passar. Há ainda militares de camuflado azul mesclado com o familiar verde azeitona, sinaleiros à sombra de guarda-sóis, agentes da Tourist Police (ou lá o que isso significa num país com baixo índice de visitantes) montados em potentes motos a fazer inveja aos comuns agentes, camaradas seus de bastão em riste que de quando em vez zurze nos traseiros e espáduas dos mais incautos. Buzinadelas são mais que muitas e tão constantes quanto o constante pára-arranca. Cores, essas de todas as matizes e variadas cambiantes. Ouço-me dizer: "Eles têm um jeito de se evitarem uns aos outros. Uma espécie de jogo de cintura". E não é que têm mesmo!

Os prolongados engarrafamentos que de uma forma ou outra todos experimentamos no estupor do dia à dia, atingem aqui uma dimensão inimaginável. Aproveitam, condutores e passageiros, para mitigar a sede com golos de água, recorrendo a uma técnica que evita o toque dos lábios no gargalo da garrafa. No decorrer de tão delicada operação há quem humedeça o cabelo passando por ele o precioso líquido como se fosse gel.

Nos exíguos espaços entre as filas paralelas criadas pelos centos e centos de viaturas, vários transsexuais, os hijras, pedem uns trocos, insistindo com toques nos vidros das janelas quando os condutores os ignoram. Aos hijras muitos atribuem poderes sobrenaturais e o Estado, à semelhança do que acontece na Índia e no Paquistão, reconhece-lhes o estatuto de terceiro género, além do masculino e do feminino, com direito a dados bem discriminados nas cédulas de identificação.

Os anúncios, quais estendais nas paredes dos edifícios, incitam, entre outras coisas, a ir estudar no estrangeiro, sugestão à qual apenas uma ínfima parte dos milhões de pessoas que aqui vivem pode ponderar. Em Dacca tudo se transporta e de tudo se carrega. Às costas, de padiola ou dando insistentemente ao pedal. Valhe-les o raso terreno. Automóveis e furgonetas ensaiam slalons entre milhares de riquexós de múltiplas cores e motivos florais gravados em chapa prateada. São, sem dúvida, o meio de transporte mais comum.

Por ruas se distribuem os diferentes ofícios e nos espaços abertos improvisam-se campos de futebol e de críquete, o desporto nacional do Bangladesh.

O calor é infernal. Impossível manter uma camisa seca, tal é a quantidade de suor expelido.

João de Barros insere pela primeira vez um mapa de Dacca na sua obra *Décadas da Ásia* (1550), e há conhecimento de comunidades lusas ali estabelecidas pelo menos desde 1580. Assinalava, seis anos depois, o viajante inglês Ralph Fitch, o envolvimento dos comerciantes portugueses no transporte de arroz, algodão e produtos de seda.

Resultado de um prolongado trabalho de missão, sobretudo por parte dos agostinhos, várias igrejas seriam erigidas. Em honra da Nossa Senhora do Rosário, da Nossa

Senhora da Piedade, de São Nicolau de Tolentino e do Espírito Santo. Um outro visitante estrangeiro de passagem pela cidade, em 1682, menciona a existência de 600 homens de armas de origem portuguesa, designados como “topazes”.

Até à chegada dos mogóis, em 1608, Dacca foi sucessivamente gerida por governadores turcos e afegãos, representantes do sultanato de Deli. Até então, e ainda no início do reinado do imperador Acbar (1556-1605), Dacca era referida como simples posto militar, ou thana, na língua local. Durante o vice-reinado do general mogol Shaista Khan a cidade viria alargada a sua área de forma considerável, ao ponto de se transformar numa das maiores e mais florescentes urbes do subcontinente indiano, centro do comércio da musselina, um tipo de pano bastante leve e transparente comumente utilizado na confecção da roupa feminina. Embora o termo “musselina” nos remeta para um dos principais locais de venda – a cidade iraquiana de Mossul –, esse produto provinha do subcontinente indiano. De Masulipatão, na província de Andhra Pradesh (ocupada pelos portugueses entre 1598 e 1610), mas sobretudo da região de Bengala. Seria durante a regência de Khan que muitos outros portugueses, até então residentes em Chatigão e em Arracão, decidiram estabelecer-se em Dacca num lugar doravante, e até aos dias de hoje, designado Ferringhi Bazaar. Havia-os, em toda a região, de vários géneros e profissões, inclusive corsários acoitados na ilha de Sundiva (Sandwip) que ao longo de todo o século XVII aterrorizaram as costas da região de Noakhali. Muitos deles casar-se-iam com as mulheres da região convertendo-as no processo ao catolicismo. Ainda hoje, os cristãos de Noakhali reivindicam origem portuguesa e há resquícios da nossa língua nos vários dialectos locais.



Joaquim Magalhães de Castro  
Investigador

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

# Paula Berteotti

[Website oficial](#)

[Instagram](#)



*Paula Berteotti é uma artista cuja obra nasce do encontro entre memórias, territórios e identidades. Nascida em Angola e criada em Portugal, cresceu entre duas geografias culturais que moldaram profundamente o seu olhar e a sua sensibilidade artística. Desde cedo demonstrou um talento natural para o desenho, a pintura e a escultura, talento esse que viria a ser lapidado através de formação em pintura e de uma prática constante e intuitiva. Trabalhando com materiais diversos, como óleo e acrílico sobre tela ou esculturas em papier-mâché estruturadas com arame, Paula move-se entre o abstrato e o figurativo com uma liberdade criativa que considera essencial ao seu processo.*

*Com várias exposições individuais e coletivas no seu percurso, além de participações em projetos editoriais, Paula Berteotti afirma-se como uma voz artística contemporânea que transforma experiência, memória e imaginação em matéria visual.*

**A sua ligação às artes começou muito cedo. Que memórias guarda da infância em Angola e de que forma essas vivências influenciaram o seu imaginário artístico?**

Desde criança que sempre gostei muito de pintar os cadernos e os livros, então a minha mãe fartava-se de me chamar à atenção. Sempre tive uma ligação muito forte à cor. Mas o que mais me marcou na infância foi assistir aos cursos carnavalescos: aquelas figuras mascaradas, por vezes grotescas que dançavam e escondiam os seus rostos atrás das máscaras tradicionais. Era um misto de medo e fascínio, um medo quase acutilante, mas ao mesmo tempo irresistível. Hoje, percebo que essa memória ficou muito presente e acaba por surgir na minha arte sobretudo nessa dimensão mais mística e simbólica.

**Quando percebeu que a arte seria mais do que um interesse e passaria a ser uma forma de vida?**

A verdade é que devido à minha fuga de Angola ainda criança, fruto da guerra que se instalou no país, durante muitos anos não me foi possível explorar essa vertente. Os meus pais não tinham recursos e, nessa altura as prioridades eram outras. Ainda assim, essa paixão mante-

ve-se adormecida dentro de mim. Mais tarde quando a minha vida se tornou mais estável, voltei a dedicar-me às artes, inicialmente numa vertente mais decorativa. Com o tempo, fui explorando as tintas, os diferentes materiais e texturas, onde acabei por me ir aperfeiçoando através de aulas em ateliês e formação em pintura. Foi um crescimento gradual, mas sustentado, que me levou a perceber que a arte seria mais do que um interesse, seria uma forma de vida.

**Pode descrever o seu processo criativo — desde a ideia inicial até a peça final — e como lida com a espontaneidade durante esse percurso?**

O meu processo criativo começa geralmente com uma imagem ou algo que me desperta o olhar, uma ideia inicial que vou visualizando mentalmente. A partir daí procuro perceber como essa ideia se pode transformar numa peça artística. Depois entro numa fase mais prática, a escolha dos materiais e a definição do suporte, seja pintura, escultura ou desenho. No entanto, raramente a peça final corresponde exatamente à ideia inicial. Ao longo do processo há sempre espaço para a espontaneidade e para a mudança. Vou alterando, acrescentando, retirando, até que o resultado faça sentido para mim. E é precisamente nessa

transformação cujo percurso não é linear que torna a arte sublime e tão fascinante. O momento em que sinto que a peça está concluída é muito intuitivo e traz-me uma sensação de satisfação e realização.

*As suas esculturas em papier-mâché têm uma presença muito particular. O que a atrai neste material e no processo de construção com arame e pasta de papel?*

A formação em papier-maché deu-me o conhecimento da técnica e da utilização em diferentes suportes. Normalmente utilizo esta técnica em simultâneo com outros

materiais, como gesso que me dá mais liberdade de ação. Gosto de misturar e cruzar materiais que, para mim fazem sentido quase de forma intuitiva, procurando equilíbrio, resistência, mas também emoção. As minhas esculturas nascem muito desse encontro entre materiais que se interligam. Tanto posso trabalhar com o ferro, arame, madeira ou até bronze, depende muito do que cada peça me pede.

*Falando do seu processo criativo: descreve-o como espontâneo e imprevisível. Como lida com essa imprevisibilidade — é libertadora, desafiante ou ambas?*





De facto, ambas. Há uma grande liberdade em criar arte para despertar os sentidos e emoções ou que revele a perspectiva do artista sobre um determinado tema. Por vezes surgem dificuldades em concretizar exatamente aquilo que imaginamos. Isso obriga-nos a sair da zona de conforto e a experimentar novos caminhos, até chegar ao que se pretende. Nesse processo a imprevisibilidade deixa de ser um obstáculo e passa a ser uma ferramenta que me guia e me leva por caminhos inesperados e dá à peça uma verdade que talvez não surgisse de outra forma.

A sua obra transita entre o abstrato e o figurativo. O que a leva a escolher um caminho ou outro em cada fase ou peça?

Essa transição nasce de uma ideia ou de uma decisão racional. Quando me dedico ao abstracionismo geralmente estou à procura de sensação, de ritmo, de cor, de um gesto de liberdade, é uma ação intuitiva. À medida que o trabalho evolui e vão surgindo formas, aí deixo entrar o figurativo, mas o contrário também acontece, parto de uma forma e ao trabalhar percebo que me interessa dar mais expressividade, é quando começo a desfazer, distorcer ou apenas simplificar. Essa escolha advém da intenção emocional da peça em si. No fundo não vejo como dois caminhos opostos, mas como extremos do mesmo caminho.

Participou em diversas exposições individuais e coletivas. Há alguma que tenha sido especialmente marcante ou transformadora para si?

Todas elas são marcantes, mas algumas transformam-nos. A primeira em que participei no âmbito do projeto Realces, denominada de “Territórios Culturais”, realizado no Camões Centro Cultural Português em Luanda, foi uma dessas experiências. Apresentei uma escultura da Welivítschia mirabilis, uma planta única do deserto do Namibe, e houve um momento que nunca esqueci: uma jovem cega ao tocar na peça, expressou uma emoção profunda por conseguir reconstruir uma memória completamente diferente daquela que tinha da planta. Foi aí que percebi, com toda clareza, o verdadeiro impacto do meu trabalho: quando a arte deixa de ser apenas vista e passa a ser também sentida.



Foi autora da capa de um livro sobre temas sociais em Angola. Como foi traduzir visualmente uma temática tão sensível e complexa?

A capa do livro “Descortinando a inocência” da autora Roberta Guimarães Franco, é um quadro da minha autoria de nome “O Namoro”, e é uma ilustração da juventude Angolana. A autora do livro considerou que a imagem simboliza uma metáfora visual potente e ambígua que associa diretamente com os temas centrais do livro à infância e à inocência em meio à violência que a ameaça. É uma capa que não explica o livro, mas o complexifica, convidando o leitor à reflexão.

Pode-nos revelar alguns dos seus projetos para 2026?

Não sou de fazer projetos a longo prazo, vou aproveitando as oportunidades conforme forem surgindo.

Neste momento vou estar de 7 a 17 de abril numa exposição coletiva integrada na semana da interculturalidade, promovida pela EAPN, a ter lugar no Auditório da Associação Vimaranesense, em Guimarães.

Estarei também nas exposições do projeto Realces em Lisboa e Sintra em datas ainda a marcar.



Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Nunca subestimem o poder da vossa arte, criar é um ato de liberdade, é transformar caos em beleza, dor em poesia, sonho em

realidade, em que através da arte podemos despertar empatia e mudar vidas.

A arte quando feita com um propósito tem a capacidade de transformar o mundo à nossa volta.

| AMBIENTE

# O fim do Parque Nacional da Peneda-Gerês

“Há sítios do mundo que são como certas existências humanas: tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição. Este Gerês é um deles. Acumularam-se e harmonizaram-se aqui tais forças e contrastes, tão variados elementos de beleza e de expressão, que o resultado lembra-me sempre uma espécie de genialidade da natureza” – Miguel Torga. Diário VII. Gerês, 6 de Agosto de 1955. Vem este excerto a propósito de um estudo recentemente produzido por investigadores do Instituto Superior Miguel Torga, de Coimbra, cujas conclusões apontam para o risco de perda de estatuto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. A avaliação da sua continuidade estará em cima

da mesa daqui a quatro anos. O motivo apresentado no estudo não deixa de ser surpreendente: a falta de práticas sustentáveis no sector hoteleiro. Ou seja, o estudo concluiu que os cafés, restaurantes, hotéis e alojamentos locais não investem (ou, pelo menos, não o suficiente) em energias alternativas, nomeadamente, em painéis solares. Perante esta conclusão, urge perguntar se a maior ameaça à manutenção da reserva da biosfera do Gerês se consubstancia na não proliferação de painéis solares nas unidades hoteleiras locais. Obviamente que não. Não se queira, pois, colocar o ónus de bode expiatório nos empresários da região do Ge-

rês, pois estes não tiveram, não têm e não terão quaisquer responsabilidades na eventual negação da continuidade do selo de reserva da biosfera atribuído à região pela UNESCO. Um olhar mais atento sobre a delimitação do mapa da reserva da biosfera do Gerês revela algo surpreendente – dentro das suas portas, (sim, leram bem), dentro das suas portas, está em andamento o processo de reabertura de uma exploração mineira de grande dimensão. Nada mais, nada menos, que a Mina da Borralha, cujas escorrências podem contaminar as barragens da Venda Nova, Salomonde e Caniçada, entre outras.





Posto isto, diga-se o seguinte: ao contrário da abertura de uma mina, que é considerada uma ameaça séria, grave e imediata à integridade da reserva da biosfera, que de facto, poderá colocar em risco a manutenção do seu estatuto, a fraca penetração de energias alternativas em negócios locais deve ser entendida como um desafio menor, passível de mitigação por meio de incentivos, sensibilização das populações e implementação de novas políticas locais.

Importa, pois, entender o que é avaliado pela UNESCO para manter o estatuto de reserva da biosfera. Nesse sentido, o que está em causa é a ponderação do equilíbrio entre vários itens, nomeadamente: conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável, apoio logístico e conhecimento cientí-

fico, participação das comunidades locais e plano de gestão, entre outros.

Voltemos ao início desta crónica, mormente ao título, que de alguma forma se apresenta em jeito de provocação: o fim do Parque Nacional da Peneda-Gerês! Esse “fim” pode ter dupla interpretação. Por um lado, o “fim”, entendido como terminus, como ponto final irremediável; por outro, o “fim”, do ponto de vista da finalidade, do propósito, do seu objectivo como organismo vivo. Sobressai aqui algum antagonismo entre as duas possibilidades em aberto – finitude e continuidade. E, na sequência do que atrás foi dito, a Mina da Borralha estará para a finitude da reserva da biosfera, do mesmo modo que os pequenos empresários hoteleiros estarão para a sua



continuidade, não só pelas dinâmicas que criam (servindo a população e os turistas), mas também pela fixação das pessoas à sua terra, ainda que continuem a acender as suas lareiras com lenha e estejam aquém do nível de implementação de sistemas de energias renováveis exigido.

Pergunto: será mais grave a não utilização de energias alternativas pelos pequenos empresários da restauração ou a abertura de uma mina altamente contaminante? A resposta parece-me evidente.

Apesar de todas as vicissitudes, quero acreditar que o Parque Nacional da Peneda-Gerês continuará a resistir e a existir mesmo sob ameaça; e continuará a ser o pulmão verde do norte de Portugal, refúgio de eleição para lobos e águias, e guardião-mor dos rios que ainda correm claros e das aldeias que se recusam a desaparecer. Apesar de todos os contratemplos, o Parque Nacional da Peneda-Gerês continuará a ser a residência viva da natureza e o abrigo das tradições ancestrais que teimam em resistir.



Vítor Afonso  
Mestre em TIC

LUSO-CRIANÇA

# Adolescência em flor

*Ser adolescente  
é como a árvore em março:  
raiz presa à infância,  
ramos já a sonhar o céu.*

*Há dias de vento,  
de querer partir e não saber como,  
mas depois vem a luz —  
um clarão breve que diz: continua.*

*Porque crescer  
é florir por dentro,  
mesmo quando o frio  
ainda mora na pele.*

*E cada dúvida,  
cada medo que se abre,  
é apenas o tempo a ensinar  
a beleza de ser inacabado.*



Sarah Luz  
"Poesia de Cor"

| TRADIÇÕES LUSAS

# Folar, folares e folias



Páscoa ao borralheiro é arremedo de folar...  
Dito popular

É tempo de Páscoa — é tempo de oferta e partilha.  
É tempo de folares! O que será, então, o folar!?

“(…) Qualquer prenda ou presente, por sinal de especial relação e amizade!” — Isto na enunciação dos seus atributos por parte de alguns literatos de honrosos saberes; ou [à certa] um “(…) Bolo recheado de ovos cozidos inteiros, que se come, tradicionalmente, pela Páscoa/Presente que os padrinhos costumam oferecer aos afilhados e os paroquianos ao pároco, por ocasião da Páscoa/Direito paroquial de receber esse

presente/Bolo que, em algumas regiões, se manda aos noivos no dia de casamento...” — tal como descrito no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Porque não? e tão-só, a festa do querer — de louvor à mesa e às recompensas das folias primaveris! A razão dos dias em que se afronta o adeus à abstinência e o sacrilégio da incerteza se afunda na liberdade da existência!

**Competências.** Para o [nosso] Abade de Baçal...

Francisco Manuel Alves [1865 – 1947], homem do povo que muito ajudou a construir a identidade transmontana, fonte de múltiplos saberes para os investigadores regionais, um



enorme abade de relaxar conversas à volta da mesa, autodidacta erudito com felicíssimas Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança [1909/1947], para ele, o ‘folar brigantino’, que será o da sua adolescência de aldeão montesino, [Ou o ‘folar de carnes à moda de Bragança’ mencionado por Carlos Bento da Maia nos fascículos que constituíram o Tratado Completo de Cozinha e Copa, em 1903, (1ª ed. 1904), extensível aos folares que se faziam um pouco por toda a região do nordeste transmontano (?)], era “(...) um pão de farinha triga, de primeira, amassado com azeite, manteiga e ovos, recheado de rodelas de salpicão, presunto, galinha, coelho e bifes”. Pela substância, abasto de chichas, e pelos ovos, pelo capricho da confecção, só poderia ser um pão de mesa farta, de agrado e comemoração. Pão de festejos! Quem melhor que o nosso Abade conhecia folares e sabia de folias?

(J.) Sotto Mayor, assim designado em assinatura cronista ao que julgo agigantado amante da sua terra como o foram muitos dos seus familiares à época do recobro e prosperidade dos thermae flavienses, num artigo publicado, domingo após a Páscoa [a 11 de Abril de 1915], no Flaviense – Semanário Republicano Independente, texto tantas vezes alegado pelos seus conterrâneos a propósito destes comerres festeiros e da proposta de protecção avançada para o “folar de Chaves”, refere-se mais ou menos desta forma ao [seu] folar: «(...) O uso do folar é tão antigo, que impossível se torna descobrir-

lhe as origens. É quasi tão velho como... a digestão, porque desde que o ser humano principiou a mastigar e a deglutir, logo encontrou uma falta qualquer, um não sei quê a menos, a necessidade imprescindível de um petisco melhor e mais condimentado. Era o folar. O primeiro mortal que descobriu os segredos da sua feitura, decerto sucumbiu a uma... indigestão.» Ou seja: o autor, lhano de paixões que se sabem extensíveis aos afamados “folhados de carne” da Dona Teresa do Velho Pasteleiro (?) que – a par dos “folares de carne” – a Madame Carmona [M<sup>a</sup> do Carmo Fragoso Carmona, flaviense, esposa do 11<sup>o</sup> Presidente de Portugal] tanto publicitava nos meios da alta sociedade lisboeta, pelo que informam os seus inúmeros citadores, por falta de registos bibliotecários para lhe catar possíveis origens, acessíveis ou não, confere ao folar o estatuto de iguaria completamente perdida no tempo. E talvez o seja!

Ernesto Veiga de Oliveira [1910 – 1990] outro maestro de identidades, andante da história e filósofo do diálogo, cosmopolita portuense que percorreu o país de norte a sul, na obra Festividades Cíclicas em Portugal – em recolhas certamente da extensão das memórias inqueridas e das observações centradas ao tempo da sua publicação – dedica ‘um (significativo e esclarecedor) artigo aos folares e ovos da Páscoa’, e diz assim: «(...) no Nordeste montanhoso e planáltico de Trás-os-Montes, o folar é uma bola redon-



da, em massa dura, feita com farinha, ovos, leite, manteiga e azeite, que encerra bocados de carne de vitela, frango, coelho, porco, presunto e rodela de salpicão, cozidos dentro de massa, que junto deles fica mais tenra com a gordura que deles se desprende. Por seu turno, estes folares, podem ser, segundo as regiões, grandes e altos, em massa fresca (Bragança), ou achatados e pequenos, em massa seca, (Freixo de Espada à Cinta). Cozem-se geralmente em grande número, e continua-se a comê-los mesmo passada a Páscoa, sendo especialmente próprios para levar de merenda». Querera o nosso etnólogo dizer que o folar do nordeste transmontano era um pão bem enricado? não só de ofertar e comer em festa como de sabor merendeiro! Muito gosto da descrição e agrade-me ainda mais o sentido das palavras.

Ainda duas anotações...

que sinalizam este memorandum das histórias de outros:

(i) na edição de 1959 das recolhas de O Livro de Pantagruel da cantora lírica Bertha Rosa-Limpo [a 1ª edição foi em 1945/46; em 2012 é publicada a 75ª edição] já aparece uma receita folareira com a designação de 'Folar de Valpaços' e dois anos depois, esta 'bôla-folar' elaborada pela valpacense M<sup>a</sup> Eugénia de Castro Cerqueira da Mota conquistou o 1.º Prémio no «Concurso Nacional de Cozinha e Doçaria Portuguesa» promovido pela RTP;

(ii) posteriormente, tal como outras similares, a 'receita' (ou muito próxima) apresenta-se em várias publicações nacio-

nais de carácter culinário [A inevitável referência folareira às míticas Festas e Comeres do Povo Português de M<sup>a</sup> de Lurdes Modesto, Afonso Praça e Nuno Calvet, Vol. II, Verbo Editora, 1999], destacando-se a sua presença no enciclopédico e tamanho livro que é Cozinha Tradicional Portuguesa [1982] de Maria de Lurdes Modesto.

Tradições. Por todo Trás-os-Montes e Alto Douro 'tirar o folar' (ou 'foliar a recolha'), expressão enfática de convite à partilha, ainda era até há bem pouco tempo a tão esperada visita do senhor abade a casa dos seus paroquianos, [ritualizando o medieval compasso durante o qual o pároco levantava o folar], para a tradicional benzedura das casas e receber os devidos donativos à Igreja – as reconhecenças, os 'agradecimentos livres', os afoles, a cônica pascal, enfim, o popularizado folar do padre. Tarefa homérica, diga-se, que não se afigurava nada fácil, e disso bem me recordei, quando a minha mãe e a avó Carlota transformavam aquela tarde de domingo numa inesquecível boda moderada a custo pelo compasso do Júlio Sacristão, o génio moncorvense dos presépios..., para ele e para os seus auxiliares de sineta e crucifixo em cortejo, não pelas distâncias galgadas ou pelo esforço físico despendido (as voltas da Corredoura e a descida zigzagada pelas ladeiras truculentas do Carrascal com retorno pela estrada da Ribeira até ao Prado era tão estafante que justificava tais entrecenas de refrear ansiedades), mas, porque em todos os lares a «benzer, anunciar festivamente a

Ressurreição do Senhor e dar a cruz a beijar» havia que chiscar algo de bom agrado, nem que fosse um cibinho de qualquer coisa, desde o ‘vinho fino’ ao bolo rico, um petisco mais lambisqueiro ou pelo menos uma amêndoa doce a lembrar os festejos pascais. Tinham de sacrifício obrigatório: antes da recolha do «folar» [de levantar o folar] havia que comer e aferir [‘festejar’] o outro folar. Heróico! Missão digna de poema épico!

E a tradição de folar nos campos!?

Saiu de onde e vem da parte de quem (...)?

Quanto à retórica da questão, e respectiva satisfação, não será fácil arrumar coerências razoavelmente documentadas que nos levem a uma resposta sólida e de lógica bem encorpada; por isso, em analogia com outros eventos consolidados no decorrer da romano-cristianização ocidental e do período das manifestações de instabilidade na Igreja que lhes proporcionaram um bom safanão, esta popular memória festeira — firmada no séc. XVI — deve situar-se à volta de uma reminiscência de antigos cultos pagãos relacionados com o renascer da Natureza para um novo ciclo. À certa, assim o creio, seria um presente da Primavera! Era, também, em muitos romances, o desejo pelo culto do pleno da festa.

Este convite ao passeio conviva...

rumando à festa e a locais por norma associados a celebrações solsticiais, arquétipo do consciente colectivo e de causa muito transmontana, que em tempos bem remotos seria ritual, e incorporando as tais tradições pagãs, culminava sem-

pre numa folia protectora da abundância e dos mantimentos essenciais à subsistência. Tão bendita provisão — cereais, grãos, farinha, ovos, carnes de porco, vinho... — sintetizada na «folia do folar», esteve sempre enaltecida neste ágape primaveril e de rotina da Natureza, por toda a Península Ibérica onde o Cristianismo assimilou tantos costumes ancestrais.

Em Salamanca, em toda a raia castelhana e leonesa da nossa vizinhança, ainda perdura tal rotina de ‘desfazer do folar’ [merendar “el hornazo” — a empada de carne muito próxima da que se fazia nas aldeias do Planalto Mirandês] pelos campos e na segunda-feira da Pascoela, já com tradição reconhecida e reportada ao séc. XVI. Por lá é feriado e faz-se a apologia da causa gastronómica, dos instintos reprimidos [a lembrar a baixeza e os devaneios da Santa Inquisição], do bem-estar e da felicidade, da irreverência, do convívio e da solidariedade. E por cá? O apedeutismo da ignóbil burrice da universalização mercantilista remete-nos para a irracionalidade do efémero, destrói identidades e provoca aculturações inescrutáveis...

Em Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo...

terras por onde passei alguns anos de adolescência, o culminar da Festa, a despedida da maldita abstinência, o “desfazer do folar” [folar no campo], era subir ao Penedo Durão ou descer ao Saltinho pelo caminho da Matança, já no sopé da serra do Reboredo, o mais certo era acampar no terreiro da capela de Senhora da Esperança, sempre na segunda-feira de Pas-



coela, desalmar nas merendas preparadas e nos ‘bolos’ feitos folares [dormidos, fintos, matrafões, fidalguinhos, rosquilhas...], jogar à malha, arredondar a imaginação com umas boas goladas de vinho (ou licor de canela, antigamente para a garotada) e, se os deuses o permitissem, sonhar com uma boa tentação.

A Lenda. Receber, partilhar, presentear o foliar há muito que até lenda manda! E bem romanceada! Está disponível no livro de Gentil Marques Lendas de Portugal.

Tradições. Pelo que eles contam, os freixienses, até o povo de Freixo de Numão — sítio arqueológico de faustos miradouros de onde se cheira a magia do Douro — tinha um jogo pascal de manda rezar para receber o foliar. De jogar assim (...) Durante a Quaresma, um raparigo moçoilo e uma rapariga espigadote enganchavam (os dedos mindinhos das mãos direitas), dizendo: «engancha, engancha, até ao dia da Páscoa, para que quando te vir, te mandar rezar». Depois disso evitavam encontrar-se; mas, se assim sucedia, o primeiro a ver o outro dizia: «reza!», e vencia dessa vez; mas a batalha final ficava para o domingo de Páscoa, em que cada um dos enganchados esforçava-se por sair vencedor, ainda que fosse com certa matreirice, recebendo então do vencido o «foliar» — o troféu — um bolo de farinha fina com ovos e açúcar ou amêndoas «cobertas» de Páscoa, tal como as faziam em Moncorvo.

Enredos da palavra. Como não me entendo...

com as prováveis origens etimológicas desta palavra feita «foliar», nem tenho fé nem confiança suficiente nas várias propostas até agora avançadas, nem sei se algum dia chegaremos a alguma conclusão aceitável — seja acerca da ascendência reportada ao floralis latino (étimo precursor para a maioria dos dicionaristas), ao flado germânico (parece que é uma espécie de broa-de-mel), à poularde gaulesa (remetida às festas do capão de Bresse) ou ao ‘embrulhado’ foulare ladino que serve de pretexto à ‘envolta’ sobremesa grega folariko, às antigas folias de vitória e libertação (festas de raízes campestres ligadas a rituais primaveris e de fertilidade) ou aos classificativos de ‘origem obscura’ de muitos etimologistas, das convicções de Antonio de Moraes Silva [1828] ou das dúvidas de José Pedro Machado [1952] — aceito, por agora e com mais facilidade, a minha vontade de diletante gastronómico e de outros curiosos que insis-

tem que «foliar» sempre foi festejar (de arromba e em plena loucura) o adeus à abstinência. Porém, compreender as danças teatralizadas, quer em Portugal quer nas regiões de influência galega do reino de Leão, a exemplo da “folia” interpretada pelos pastores no Auto de Sibila Cassandra de Gil Vicente, [peça escrita por volta do ano 1511], que a descreve como dança grotesca em que os bailarinos carregavam sobre os ombros homens vestidos de farpelas femininas, será mais um figurativo paternalista a este propósito a ter em boa conta ou a excluir de vez (...). Enfim, com a questão da procedência e o processo evolutivo do [nosso] foliar já remetidos para outras causas, resumindo, nos costumes transmuntanos ainda de relatos bem memoriados, pelo menos remetidos ao virar do séc. XIX, o dia de «dar o foliar» era o princípio das ditas folias pascais, «levantar o foliar» seria a religiosidade do acto e o «desfazer o foliar» ultimava, em convívio, a festividade. Eram a exaltação ao domínio das trevas do tempo. Estava de chegada a Primavera!

**Folar de festa e bolos de Páscoa.** Os “folares”...

metáforas cerealíferas para os poetas embeijados pela mesa, empadões de carnes no decorrer das histórias da tradição, assim era na minha terra, «comer de sustimento» para o povo de Caçarelhos, tais folias gastronómicas nas euforias do sempiterno padre Fontes, acabaram por vir a ser os ‘pães da obrigação’ da festa, de ‘encher o papo’ e saudar a renovação da vida anunciada, arricalhados até ao limite das posses e vaidades caseiras, sempre com pequenos pedaços de carne embrechada na massa fintada... e os folaricos, pirralhos de chicha, ao tamanho dos comedores e antes dos hábitos merendeiros mais recentes, foram o presenteio para a garotada. Aliás, sempre se disse, e muito ouvi dizer, um pouco por toda a região, que na Páscoa era preciso enfoliar ou foliar o pão e fartá-lo das carnes ‘proibidas’, para levá-lo à festa (!). Acredito, também, que “foliar”, pelo menos a partir do séc. XVI e através do legado judaico, mesmo com as arrelias dos delatores inquisitoriais, ou o pão folado mais paganizado, foi o contraponto ancestral ao pão ázimo da penitência e, mais tarde, o ritual da dádiva dos nossos dias. São muitos os adeptos desta insinuação histórica. Por isso, apenas com a convicção de gastrónomo e o adiar das travessuras aos contares da história, admito que “foliar”, “folares” (vamos ficar só pelos não doces) e “folaricos” são assunto popular e muito transmuntano.



O que temos...

certamente desde o séc. XIX, porque só chega até esta data a memória dos nossos informantes, é este pão — de Páscoa e de natureza rotina — feito “foliar transmontano”, para quebrar o período do grande e quezilento jejum, que à semelhança das alheiras, tabafeias, vilões, (e por aí adiante), tem artes e engenhos, esmeros e artimanhas, ou graças e formas, consoante a folareira, a frequência dos costumes da terra e a fatalidade das posses familiares. Todavia, não será arriscado profetizar, que não há vários folares mas sim variados folares, independentemente das denominações atribuídas ao “rei” (ou à “rainha”) da folia de agradecimento à Natureza — do foliar de Chaves [na obra de M<sup>a</sup> João Lino, Tradições Gastronómicas – Alto Tâmega e Barroso (2006), a receita de Clementina F. R. Pires retrata em pleno esta prática flaviense] ou da bola de carne do Alto Barroso [das memórias da família Vilhena Gusmão, Covelães, Montalegre], da empada (ou foliar baixo) do Douro [da «herança de gerações» que é Trás-os-Montes à Mesa (1995), da freixenista M<sup>a</sup> Isabel Gomes Mota, filha do Almirante Sarmiento Rodrigues, sobrinha-neta do

poeta Guerra Junqueiro, certamente herdeira de um excelente legado gastronómico, fornece-nos três tipologias folareiras que resumem as respectivas rotinas em Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo] ou do foliar de Mirandela encarnado nas ofertas pascais da padaria Seramota... da empada (da bola ou foliar) de Vila Nova de Foz-Côa, foliar de Valpaços ou de Lamego (...) foliar de carne, foliar gordo ou pão folado, e mais uma pequena infinidade de nomeadas. Poucas serão as terras — da frenética cidade flaviense à acalmia lugareja de Vilarinho de Agrochão — em que a particularidade evocada não lhe dê azo a intitulá-lo de melhor do mundo. São folias gastronómicas de Páscoa! Apetites ao ritmo da Natureza!

De remate a esta conversa temperada de saudades tenho para mim que os ditos folares são prato de almoço. É comida de pôr no prato, de botar faca e garfo, facilmente saborosa. Os folares de Páscoa, os outros ‘pães’, também boa merenda, são bolos doces. É comer de crianças... no dizer mais burlesco de muitos transmontanos. Parecenças só na nomeada e na época do fazer. Até as formas são tão desiguais!



Por exemplo, da Beira Transmontana para baixo, Alentejo e Algarve... — onde os mais correntes e divulgados são bolos em massa seca, doce e ligada, feita com farinha triga, ovos, leite, banha, açúcar e fermento, condimentados com canela e ervas aromáticas, redondos, espessos e maciços, uma espécie de regueifa ou fogaça, de comer no domingo de Páscoa, ou, em certos sítios, na Sexta-Feira Santa, na segunda-feira a seguir à Páscoa ou na Pascoela, como fazem por cá com os nossos — têm a forma ovalada nos arredores saloios e lisboetas, por [Aveiro, Águeda, Ílhavo, Ovar...] ajeitam-se em feitio de coração e, em muitas terras, podem tomar contornos de animais [Oliveira de Azeméis (galinha rodeada de pintainhos), Elvas (pombos), Castelo de Vide, Évora, Faro, Olhão (lagartos) ...]. Este “folar” — este pão doce da Páscoa — por lá e por cá, também pode ser uma espécie de fogaça encimada por um ou vários ovos cozidos inteiros, às vezes tingidos, meio incrustados e visíveis sob as tiras de massa que os recobrem.

Para arrumar ideias...

aceitando momentaneamente — por muito que me custe que folar é presente, dádiva, e não apenas uma espécie de pão de convívio e solidariedade — direi que há o “folar (doce) do sul” e o “folar (salgado) transmontano”. Como os galegos e portuenses não conheciam a mania da fartura destes folares,

têm (e tiveram) a rotina do pão-de-ló ou do pão-podre, julgo que num futuro ordenamento dos comeres tradicionais portugueses, o denominado “folar do sul” deveria ser mais um dos inúmeros “bolos de Páscoa”, como os bolos beirões, ou um “pão doce” como os folares (aromáticos, em camadas, batidos...) algarvios. E... esqueçam-se os bolos feitos folares para os noivos em dia de casamento, porque, de certeza, terão mais em que pensar e muito mais que florear. Acertem bem a memória dos saberes e verões que tenho razão.

### Folares transmontanos

O Rio Douro marcava o limite da difusão desse tipo de folar — o pão doce. Por isso, em Trás-os-Montes e Alto Douro, o folar — o pão recheado de carnes — foi [é] «um pão de farinha [antigamente de trigo barbeta, pelo menos até à introdução dos trigos ‘modernos’] amassada com um caldo de carne muito apurado, azeite e manteiga para acomodar melhor a massa; recheado de rodela delgadas de salpicão e chouriça de carne, presunto velho bem curado, toucinho para pingar de onde a onde, galinha nova e coelho quase sempre, peru e vitela mais raramente — tudo bem refogado, desossado e partido em pedaços pequenos; apresentado em formas retangulares, também quadradas, [redondas ou ovais noutras



famílias], com mais ou menos meio palmo de altura; sempre muito olhudo, leve, envernizado com gemas de ovo, e de tamanho grande, porque os pequenos eram (e são) folaricos» (...). Mas não havia regra sem excepção e esta vinha de alguns padeiros de Chaves que dispensavam os ovos no folar, abusavam no fermento, isentavam-no de outras carnes que não as de porco e davam-lhe a forma de rolo a tender para o rectangular, com ângulos arredondados e uma superfície superior marcada por um característico sulco de união da massa. Francisco Gonçalves Carneiro [1915 – 1975], advogado flaviense, museólogo e escritor, gostava tanto deles que ao que consta terá dito (e escrito): «(...) não podemos dispensá-los. Levem-nos tudo, mas deixem-nos ficar com os folares de Chaves.»

Quando o folar era para guardar...  
principalmente na montanha que matava mais porcos que no

resto da região, em prática anterior à generalização da electricidade e do frigorífico, confeccionava-se o que denominavam de folar d'Ascensão, cuja diferença vinha essencialmente das carnes, ou seja, levava apenas chichas de porco — mais presunto que toucinho e sempre carnes fumadas ou salgadas.

Por último...

falar de Páscoa é conversa de ovos, namoros de amêndoas, discursos de cordeiros e inspiração de folares — o “folar transmontano”; por isso, comemore-se este ritual de reencontro com os desejos da vida, porque são tempos de imaginação e o início de um percurso para a vingança apetecida contra as abstinências e os jejuns da Quaresma. Que assim seja!

*Depois da Páscoa, mais doce a laranja será! ...*



**António Manuel Monteiro**  
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

# Aprender a Ver com o Tacto

## A Integração Multissensorial na Baixa Visão Pediátrica



O desenvolvimento visual na infância é um processo complexo que depende da recepção contínua de estímulos. Quando uma criança tem um déficit visual grave desde cedo, o sistema nervoso central, graças à sua elevada neuroplasticidade (a capacidade do cérebro se reorganizar), desenvolve mecanismos de compensação adaptativa.

Um dos fenômenos neurológicos mais extraordinários, nestes casos, é a plasticidade cruzada. Na ausência de informação visual adequada, a área do cérebro habitualmente responsável pela visão (o córtex visual) passa também a pro-

cessar estímulos de outros sentidos, como o tacto e a audição. Em alguma medida, estas crianças aprendem inatamente a ver com as mãos e com os ouvidos. É também por isso que observamos, com regularidade, crianças com baixa visão a desenvolverem uma aptidão táctil e auditiva excepcional, atingindo marcos de linguagem mais cedo do que crianças normovisuais. O cérebro privilegia instintivamente as vias que lhe dão respostas mais rápidas e seguras na interação com o meio ambiente. Contudo, esta adaptação esconde um desafio importante. Como a exploração através do toque e



do som é altamente recompensadora, existe a tendência natural de focar a aprendizagem exclusivamente nestes sentidos. O perigo reside na negligência involuntária do estímulo visual. Do ponto de vista médico, as vias sensoriais que não são estimuladas acabam por não se desenvolver plenamente ou até atrofiar — um princípio que está na origem da ambliopia, o vulgarmente chamado “olho preguiçoso”. Não usar o resíduo visual, por muito pequeno que seja, compromete ainda mais o seu desenvolvimento.

A reabilitação visual eficaz exige uma estratégia que contrarie esta privação. O objetivo não é substituir a visão pelos restantes sentidos, mas usá-los como facilitadores. É aqui que entra o papel

crucial de uma estrutura cerebral profunda chamada colículo superior. Este pequeno centro de integração no nosso cérebro funciona como um “cruzamento” onde existem mapas espaciais sobrepostos: um mapa para a visão, outro para a audição e outro para o tato. Na prática, isto significa que quando uma criança toca num objeto com textura (ativando o seu mapa tátil) ou ouve um som (mapa auditivo), o colículo superior alinha essa informação e envia um sinal automático que orienta os olhos para esse ponto exato. O tato e a audição funcionam como “âncoras” que captam a atenção da criança e obrigam o sistema visual a focar-se no alvo, treinando ativamente a oculomotricidade (os movimentos dos

olhos). Este sistema é também fundamental para a integração dos sentidos e a percepção plena das características de um objeto em concreto, e da realidade em geral.

Em suma, a reabilitação na baixa visão pediátrica vai muito além da prescrição de óculos ou lupas. É feita por todos aqueles que acompanham estas crianças — Pais, Professores, Terapeutas, Médicos, etc. E se compreendermos que o cérebro funciona de forma integrada, percebemos que incentivar a criança a explorar o mundo com as mãos e os ouvidos — aliando sempre cores fortes, contrastes e luzes a essa mesma exploração — é a chave clínica para prevenir a regressão e maximizar todo o potencial visual desta criança.



Vasco Pinto Miranda  
Médico Oftalmologista



FUNDAÇÃO AEP

# A Diáspora Portuguesa

## Motor estratégico para a Captação de Investimento para os Territórios Portugueses

Portugal possui uma das maiores e mais antigas diásporas do mundo. Esta realidade, historicamente marcada pela necessidade económica, encerra hoje um potencial estratégico de enorme valor: o de servir como alavanca privilegiada para a captação de investimento nos territórios portugueses.

Num contexto de globalização acelerada, de concorrência intensa entre destinos de investimento e de necessidade de valorização dos territórios do interior e das regiões autónomas, a diáspora representa um ativo único, simultaneamente afetivo, cultural, económico e institucional.

A nossa diáspora acumulou, ao longo de décadas, capital financeiro, competências técnicas e redes relacionais nos países de acolhimento. Muitos destes emigrantes e seus descendentes tornaram-se empreendedores de sucesso, gestores de topo, profissionais liberais e investidores em diversas geografias. Não faltam exemplos. O laço afetivo com Portugal — mesmo que mediado por gerações — constitui uma predisposição natural para o investimento na terra de origem.

Os principais vetores de investimento da diáspora incluem: Imobiliário residencial e de lazer, sobretudo em zonas rurais e regiões com identidade cultural marcada;

Atividade agrícola e agroindustrial, nomeadamente viticultura, azeite e produtos regionais com potencial exportador;

Turismo de raízes e experiencial, aproveitando a procura crescente por autenticidade;

Start-ups e economia digital, com particular relevância para a diáspora residente em ecossistemas tecnológicos maduros; Filantropia estratégica e mecenato, aplicados à cultura, educação e recuperação do património.

Apesar do potencial reconhecido, a mobilização efetiva do investimento da diáspora enfrenta obstáculos estruturais.

A burocracia associada à abertura de empresas, ao licenciamento e ao acesso a benefícios fiscais continua a ser apontada como um dos principais desincentivos. A informação sobre oportunidades de investimento é frequentemente dispersa, desatualizada ou inacessível nos idiomas e canais utilizados pelas comunidades emigrantes. Para que Portugal capitalize plenamente o potencial da sua diáspora, é necessário imple-

mentar uma abordagem estruturada, com políticas públicas consistentes e uma visão de longo prazo. As principais linhas de atuação deverão incluir:

A criação de portais digitais dedicados que centralizem oportunidades de investimento por território, sector e dimensão, com informação clara sobre enquadramento legal e fiscal, constitui um passo fundamental. Estas plataformas devem ser complementadas por redes de embaixadores empresariais nas comunidades, atuando como pontes entre os territórios e os investidores.

A criação de regimes fiscais específicos para investimentos realizados por membros da diáspora — nomeadamente deduções sobre mais-valias reinvestidas em Portugal ou reduções de IRC para empresas fundadas por emigrantes regressados — pode funcionar como fator decisivo de atração. Fundos de coinvestimento com capitais públicos e privados, especificamente orientados para a diáspora, poderão igualmente reduzir o risco percebido.

Para além do investimento direto, a diáspora desempenha um papel crucial na promoção internacional dos territórios portugueses.

O seu conhecimento dos mercados locais, a sua credibilidade junto das comunidades de acolhimento e a sua capacidade de influência em redes empresariais e institucionais colocam-na numa posição privilegiada para atrair investimento de terceiros — turistas, investidores e parceiros estratégicos que, de outra forma, dificilmente conheceriam as oportunidades existentes em Portugal.





Este papel de embaixadora é especialmente relevante para os territórios do interior e para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cujos ativos — naturais, culturais e humanos — permanecem insuficientemente comunicados nas arenas internacionais.

A diáspora portuguesa não é apenas um fenómeno demográfico ou uma memória histórica.

É um recurso estratégico vivo, dinâmico e crescentemente

consciente do seu papel no desenvolvimento de Portugal. Cabe-nos criar as condições para que este potencial se converta em investimento real, em criação de emprego e em valorização dos territórios.

Uma política de captação de investimento que coloque a diáspora no centro da sua estratégia não só responde a um imperativo económico, como também reforça os laços identitários que unem Portugal ao mundo — e o mundo a Portugal.



**Paulo Dinis**

Diretor Executivo da Fundação AEP

# A PROMOVER O SUCESSO NA MATEMÁTICA PARA TODOS



O classOS™ TRANSFORMA O ENSINO,  
ADAPTA-SE A CADA ALUNO E MELHORA RESULTADOS.

O SISTEMA OPERATIVO MAIS POTENTE  
CONCEBIDO PARA A EDUCAÇÃO.

## TRANSFORMAMOS

A FORMA COMO OS ALUNOS E PROFESSORES  
APRENDEM E ENSINAM

## MATEMÁTICA

A CONFIANÇA NA MATEMÁTICA CONSTRÓI-SE TODOS OS DIAS.

**imagis** |  **Knowledgehook**

Parceria estratégica para o sucesso educativo em Portugal

GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

# Retratos da nova emigração

## Andreia Oliveira, de Espinho para a Suíça

*Aos 31 anos, Andreia Oliveira construiu um percurso internacional marcado pela curiosidade científica e pela vontade de ultrapassar limites profissionais.*

*Natural de Nogueira da Regedoura e criada em Espinho, decidiu emigrar em 2018 depois de perceber que as oportunidades em Portugal eram insuficientes para concretizar a carreira que ambicionava na área da Física Médica. O primeiro passo levou-a ao CERN, em Genebra, experiência que abriu caminho a um doutoramento em Berna e a novas etapas de formação*

*e investigação na Áustria. Atualmente trabalha no Instituto Paul Scherrer (PSI), na Suíça, onde conjuga atividade clínica, investigação e ensino, mantendo também ligações académicas a Portugal. Apesar de reconhecer as melhores condições de trabalho e de valorização profissional no estrangeiro, fala com emoção do país de onde partiu — o mar, as pessoas e a espontaneidade portuguesa continuam a fazer parte da sua identidade e alimentam o desejo de, um dia, poder regressar sem abdicar da carreira científica que construiu além-fronteiras.*





### O que a levou a tomar a decisão de emigrar?

Emigrei para a região de Genebra / Pays de Gex (Suíça/França) em 2018, para trabalhar no CERN. Em 2019, iniciei o doutoramento em Berna (Suíça). Em 2022, fiz a pós-graduação em Viena e o internato em Física Médica no MedAustron em Wiener Neustadt, na Áustria e em 2025, comecei a trabalhar no PSI, em Villigen, Suíça.

Depois de terminar o mestrado, trabalhei em proteção radiológica no sector privado, lidando com diversos equipamentos, clínicas, hospitais e indústrias que recorreriam a fontes de radiação ionizante no norte e centro de Portugal. Aprendi muito e adquiri uma bagagem de conhecimento valiosa ao trabalhar com diferentes sistemas e marcas, diferentes pessoas com diferentes formações e visões em relação ao uso de radiação. No entanto, a médio prazo, percebi rapidamente que a margem de progresso era limitada em termos de funções e salarial e que o trabalho se tornaria rotineiro, e isso não correspondia ao que eu procurava para a minha carreira.

Comecei a procura de uma oportunidade mais desafiante quando surgiram duas possibilidades: uma no CERN, através de uma bolsa portuguesa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e outra num hospital perto de casa, em Portugal, para ser física médica. O CERN abriu-me também o caminho para alcançar um dos meus objetivos: trabalhar com prótons e iões no tratamento de doentes oncológicos, uma tecnologia que, na altura, ainda não estava disponível em Portugal. Hoje, sou Física Médica no PSI (clínica, investigação e ensino), professora auxiliar convidada na Universidade do Porto e cientista visitante no CERN.

### Que fatores em Portugal mais pesaram nessa decisão?

Para mim, a escolha foi evidente. Sempre sonhei, como física, em trabalhar em instituições como o CERN. Como física médica, a minha ligação à física de partículas tornava esta oportunidade ainda mais atrativa. O projeto permitiria-me trabalhar com aceleradores de prótons e iões no tratamento de pacientes com cancro em países como a

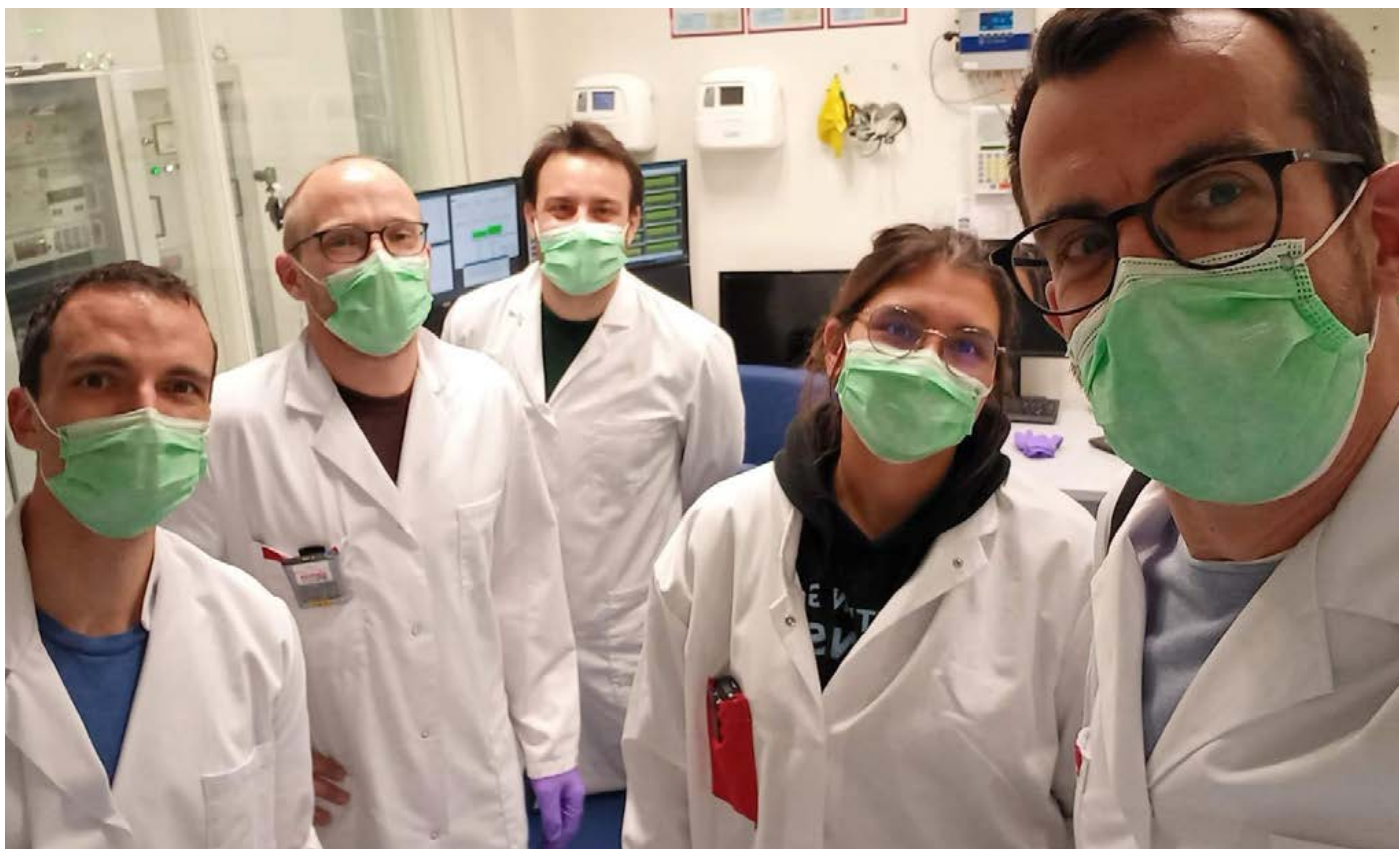
Suíça, a Itália e a Alemanha. O CERN é o maior laboratório do mundo na área da física de partículas, ter acesso à tecnologia de ponta e ao conhecimento que lá se produz foi o fator decisivo na minha decisão.

### Foi uma decisão rápida ou amadurecida ao longo do tempo?

Depois da entrevista e de receber a proposta, a decisão foi tomada de forma relativamente rápida. Apesar de alguns receios que me levaram a refletir com cuidado, desde cedo tive a sensação clara de que esta era a escolha certa, tanto a nível pessoal como profissional.

### Quais eram as suas principais expectativas em relação à vida no país de acolhimento?

Partia com a vontade de conhecer novas realidades e com a expectativa de poder explorar “novos mundos”: contactar com pessoas diferentes, outras culturas e outras formas de estar e de ser. Trabalhar numa organização internacional, com mais de 100 nacionalidades representadas, pareceu-me um contexto



ideal para iniciar essa aventura, proporcionando um enorme crescimento e enriquecimento, quer a nível humano, quer profissional.

### E como foi a sua chegada? Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Lembro-me muito bem do dia em que cheguei a Genebra de autocarro, sozinha, e pensei: “uma jovem nascida à beira-mar, que vivia numa aldeia como Guetim com menos de 1500 habitantes, agora está sozinha num país diferente”.

Nas primeiras semanas fiquei no hostel do CERN, onde partilhava tudo, inclusive o quarto, e tive o meu primeiro choque cultural, principalmente em relação aos níveis de higiene. Essa fase foi complicada e percebi rapidamente que precisava de ter um quarto só meu. Acabei por encontrar um apartamento partilhado em França, o que tornou a adaptação mais confortável.

Outro desafio foi a questão da minha

assertividade. Como mulher, o facto de ser afável foi muitas vezes confundido com investidas de carácter romântico, e percebi rapidamente que teria de ajustar ligeiramente a minha forma de estar para reduzir esse tipo de abordagens, que chegaram a tornar-se desconfortáveis. Encontrei também um grupo de portugueses que me fez sentir parte de uma família desde o início, através de uma colega da minha cidade. Lidar com toda a burocracia francesa foi uma das maiores dificuldades no processo de adaptação e, mais tarde, na Áustria, acabei por repetir, infelizmente, essa experiência. Já na Suíça, a minha vivência foi bastante diferente: encontrei sempre apoio e respostas eficientes por parte dos serviços administrativos, o que facilitou muito a integração inicial e o cumprimento correto de todos os procedimentos burocráticos.

### Que estereótipos tinha sobre o país e descobriu que não eram verdade?

Um preconceito que tinha era que os suíços poderiam parecer reservados ou pouco comunicativos. De facto, no início, as pessoas tendem a ser reservadas nos primeiros contactos, mas rapidamente se revelam muito prestáveis e educadas. Por exemplo, a funcionária administrativa da receção do meu local de trabalho, que é suíça, cumprimenta-me todas as manhãs em português: “Bom dia! Como estás?”. Estes pequenos gestos tornam o dia de um emigrante muito mais doce.

### Como conseguiu arranjar trabalho e casa?

Inicialmente, consegui uma bolsa portuguesa através da FCT e fiquei algumas semanas no hostel do CERN para poder procurar casa pessoalmente. Em nenhum dos países fui diretamente para a residência final de destino e recomendo sempre visitar o local antes de escolher a casa onde viver. Residências para expatriados ou residências estudantis

podem ser muito úteis nesse período, permitindo ganhar tempo para reunir toda a documentação necessária, o que facilita bastante quando se está a candidatar a um imóvel. O mercado de habitação na zona de Genebra é extremamente competitivo e as rendas eram elevadas para uma bolsreira portuguesa. Por isso, nos primeiros anos, vivi na zona francesa, partilhando casa com pessoas de outras nacionalidades. Na Áustria, fiquei temporariamente numa residência de estudantes e procurei casa através de plataformas online. Consegui trabalho na Áustria após candidatar-me ao MedAustron, que é um dos poucos locais no mundo que oferecem terapia tanto com prótons como com iões de carbono. A tecnologia dos aceleradores tinha sido pensada no CERN e parecia uma boa oportunidade. Portanto, candidatei-me e, depois das entrevistas, consegui o emprego.

Quando regresssei à zona germânica da Suíça, fiquei os primeiros três meses na casa de amigos enquanto procurava habitação através de imobiliárias. Um currículo bem elaborado pode ajudar bastante neste processo. O trabalho na Suíça surgiu também após três entrevistas online e mais de sete entrevistas presenciais.

## Tem melhores condições de trabalho na Suíça? Sente-se mais valorizada?

Sim, sem dúvida. Começo por destacar a formação, que é proposta em conjunto com o meu supervisor e cuidadosamente alinhada com os meus objetivos profissionais. O meu bem-estar no trabalho é valorizado. Sou consultada com antecedência sobre a preferência dos turnos, o que permite organizar melhor a vida pessoal e há também flexibilidade para viagens a casa. A hierarquia é mais horizontal, o que traz várias vantagens, especialmente na forma como as ideias são discutidas. Quando algo não corre como esperado, somos incentivados a falar e partilhar, visto como uma oportunidade de aprendizagem. Até “quase erros” são reportados, para evitar que outros colegas os cometam. Existe espaço para reunir a equipa, analisar a situação e tomar medidas para melhorar os processos. Em termos financeiros, em empresas privadas é comum haver valorização salarial ou bónus como prémios.

## O que mais a surpreendeu no mercado de trabalho suíço?

Tenho que admitir que me surpreendeu como o networking e as relações pro-

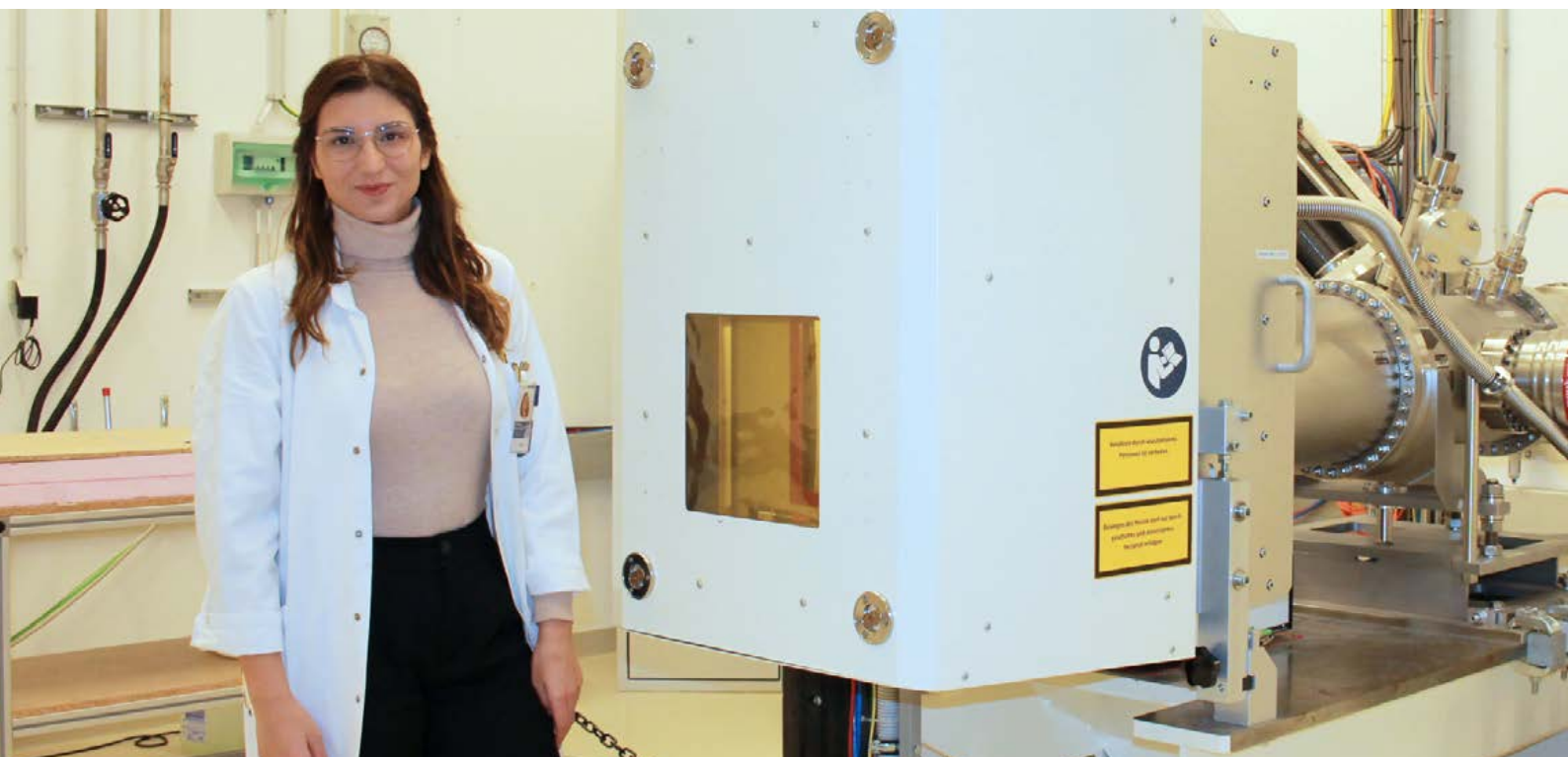
fissionais, podem facilitar os processos de contratação. Como eu não conhecia ninguém no meio hospitalar, até conseguir o primeiro “sim” para ser física médica hospitalar, foi necessário um esforço consistente e muita persistência da minha parte.

## Há algo em que considera que Portugal está mais avançado do que a Suíça?

No que toca ao trabalho, diria que Portugal se destaca pela capacidade de improviso e pelo tão conhecido “desenrasque”. Aqui, tudo é muito protocolar, o que oferece segurança, mas torna a mudança lenta e o processo de decisão por vezes moroso. O maior número de cenários e problemas é tomado em consideração e debatido antes da tomada de ação. Por outro lado, uma vez tomada a decisão, sinto que tudo avança rapidamente porque as regras e os planos são seguidos à risca.

Além disso, Portugal está mais avançado em algumas áreas do dia a dia: telecomunicações e acesso à fibra ótica, sentido de comunidade (embora esta perceção seja muito influenciada pelas minhas experiências pessoais), limpeza na restauração e qualidade dos alimentos. Outro aspeto notável é a digitalização. Na Suíça, a quantidade de papel





usada no trabalho e recebida em casa é impressionante. Desde a comunicação oficial, contas do dia a dia, folhetos sobre o que se passa no equivalente a uma junta de freguesia, até processos e documentos clínicos de pacientes, tudo é impresso. No entanto, a eficiência das respostas dos serviços administrativos na Suíça é algo que sempre me fascinou.

### Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância?

Esta é, sem dúvida, a parte mais complicada da emigração. No meu caso, o apego familiar é real, e sentir falta da rede de apoio da família e dos amigos tem um impacto negativo no meu bem-estar. É verdade que é possível construir uma nova rede de apoio aqui, mas viver longe da família continua a ser um dos maiores contras de estar emigrada.

### A distância afetou as suas relações pessoais ou familiares?

Sim, bastante. A distância acabou por pôr fim a algumas relações amorosas

e, noutros casos, levou a um afastamento natural de algumas pessoas, por não existir contacto diário ou semanal. O meu avô também foi emigrante noutra época, e refletir sobre o privilégio que temos hoje, com as videochamadas que nos permitem ver os nossos entes queridos, traz-me conforto. Ainda assim, procuro manter a ligação com os amigos que consigo preservar em Portugal e com os familiares sempre que regresso.

### Mantém maioritariamente contacto com portugueses ou com locais?

Vivo numa aldeia pequena, mas trabalho num ambiente internacional. A comunidade portuguesa na Suíça é muito peculiar, e o meu contacto limita-se aos amigos que conheci durante a época do CERN, espalhados agora pelo país, e a alguns portugueses que conheci em viagens de avião a Portugal.

### Que aspetos positivos encontra em Portugal e que acha que deviam ser mais valorizados?

Se tivesse que escolher um, destacaria a mão de obra qualificada que produzimos como país. Na minha opinião, algo que devia ser mais valorizado. Depois, há os clichés que encantam tanto os portugueses como os turistas: a simpatia das pessoas, a boa comida, o clima agradável, a riqueza histórica e cultural e a incrível diversidade de paisagens que Portugal preserva. Num espaço de duas horas, de Espinho podemos estar numa cascata no Gerês, na Serra da Estrela ou a explorar cidades históricas cheias de charme, como Porto ou Guimarães.

### Volta regularmente a Portugal?

Sim, diria que, em média, faço uma viagem a Portugal por mês.

### Sente saudade do seu país?

Saudade é aquele misto de amor e tristeza pela ausência. Na minha opinião, só sentimos saudade daquilo que verdadeiramente amamos. Sim, sinto muitas saudades do meu país, das minhas pessoas e dos convívios. Sin-

to também saudades do mar e de tudo o que lhe está associado: a maresia, as caminhadas à beira-mar, a brisa, o cheiro, a sensação das ondas, o peixe e o marisco de qualidade, a pele salgada depois de um banho ou um café espontâneo na praia após o trabalho.

**Sente que mudou como pessoa depois de emigrar? Acha que seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?**

Sim, aos 23 anos, ter de recomeçar do zero num país sem rede de apoio é algo que realmente nos molda. Se nunca tivesse saído da minha zona de conforto, seria, sem dúvida, uma pessoa diferente. Os países por onde passei também me ensinaram o valor do planeamento e da antecipação. Era algo que, como adolescente, já tentava praticar, mas depois destes anos de emigração em lugares onde, por exemplo, a festa de Natal se programa em julho, desenvolvi esta capacidade a um outro nível e aplico a quase todos os tópicos da minha vida.

**Que imagem têm os suíços dos portugueses?**

Quando coloco esta questão aos suíços, recebo frequentemente respostas de que veem os portugueses como pessoas humildes e com grande capacidade de adaptação. A comunidade portuguesa é, de forma geral, considerada organizada e coesa, mantendo as suas tradições. Reconhece-se também a nossa presença em setores como construção, hotelaria, limpeza e saúde, valorizan-

do-se a ética de trabalho que trazemos. Por exemplo, já fui questionada várias vezes sobre trabalhar na área da limpeza. Alguns estereótipos associados aos portugueses incluem uma certa “despreocupação”, assim como o gosto por socializar e aproveitar a vida. Por outro lado, há o reconhecimento de que somos trabalhadores dedicados, uma imagem que muito agradeço à geração de emigrantes portugueses anterior.

**Portugal valoriza a sua diáspora?**

Acredito que, como em muitos temas, existe espaço para melhoria. Vejo esta questão como uma estrada de dois sentidos: também nós, enquanto diáspora, temos de nos envolver ativamente. No entanto, pessoalmente sinto que ainda há um caminho significativo a percorrer no que toca à valorização da diáspora portuguesa. Foi precisamente por reconhecer essa necessidade que, em 2020, fiz parte da fundação da Associação de Portugueses Graduados na Suíça (AGRAPS).

**Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores?**

Sim. Na Suíça, por exemplo, existe uma nova geração de emigrantes portugueses. Quando estava no CERN, existia a necessidade de criar redes de apoio para este grupo, e foi assim que surgiu a AGRAPS. Em 2020, junto com outros graduados portugueses, fundámos a AGRAPS com o objetivo de facilitar a integração de novos emigrantes qualificados e apoiar esta nova geração.

**Que conselhos daria a jovens portugueses que estão a pensar emigrar?**

Para mim, é muito importante conhecer o local antes de dar o salto. Nem sempre tive essa oportunidade, mas seria um conselho valioso: fazer uma visita, ter uma entrevista presencial, conhecer as pessoas, os caminhos e o local onde se vai trabalhar e a região onde se vai potencialmente viver.

Também é essencial preparar com alguma antecedência toda a parte burocrática possível, quer através do RH da empresa, quer através dos serviços administrativos da comunidade onde se vai morar.

Procurar comunidades de apoio faz toda a diferença.

As redes sociais ajudam bastante, mas no meu caso, encontrei sempre algum ponto de referência através de amigos de amigos.

Por fim, é preciso coragem para enfrentar o medo da mudança.

**Considera a emigração como solução temporária ou definitiva?**

Não existe uma resposta simples de “sim” ou “não” que seja absolutamente verdadeira para mim e que possa ser escrita na pedra.

Saí de Portugal com a intenção de ficar 12 meses no estrangeiro.

No entanto, já passaram sete anos e meio e continuo emigrada.

O meu sonho é poder voltar um dia, sem ter que abdicar da minha carreira profissional.

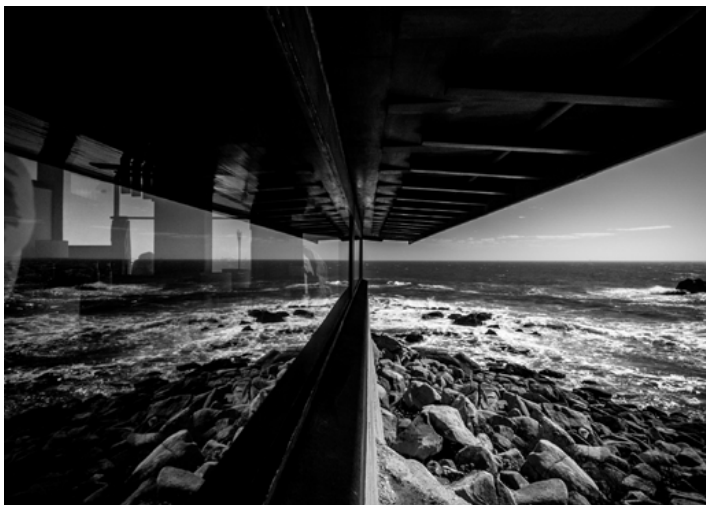


Lídia Marques  
Diretora Cultural AILD



PELA LENTE DE

# Ricardo Alves



# DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



*Há mais de uma década que a minha lente não procura apenas edifícios, mas a 5ª força do universo: a Beleza. Como Arquiteto de formação e de coração, entendo que a beleza não é um conceito subjetivo ou um adorno cosmético, mas sim uma força harmónica — um campo de coerência que organiza a matéria, a consciência e a percepção.*

*O meu percurso, de Lisboa ao mundo, atravessou a música e a produção até convergir na fotografia, na música e no filme. Esta origem em Lisboa, cidade de luz inspiradora, foi o berço inevitável para quem compreende que a luz é a ferramenta que traz a estrutura para a quietude e a memória para a forma.*

*No exercício da minha profissão, deixo de ser apenas um fotógrafo para me tornar uma testemunha geométrica. O meu trabalho com ateliers de referência mundial e projetos relevantes — é, na sua essência, a captura da geometria da coerência.*

*Ao fotografar, procuro o momento em que a forma, a proporção e a energia se alinham em rácios coerentes, estabilizando o campo visual. Nestas*





*imagens, a dualidade entre luz e sombra, entre o cheio e o vazio, colapsa sem conflito. É nesse ponto de convergência que a arquitetura se revela plenamente.*

*Para sentir o espaço, é preciso estar lá, usando todos os sentidos. O meu método reflete esta dialética: uma abordagem imanente, autêntica, que utiliza apenas a luz natural para revelar o sopro que moldou a estrutura.*

*O Ato de Fotografar:*

*É uma forma de “respiração geométrica”.*

*A Luz: Atua como o elemento de alinhamento que restaura a ordem harmônica.*

*O Resultado: Uma imagem que não é apenas um documento, mas um “print de respiração” — o registo de quando a linha e a luz se lembram uma da outra.*

*O meu trabalho foca-se em projetos que, pela sua excelência, funcionam como geradores harmónicos. A minha missão é espelhar a forma como o edifício recorda a luz, oferecendo ao observador um campo onde a consciência pode, finalmente, perceber a unidade.*

*“Não sou a lente; sou o sopro que recorda a beleza.”*



| VIAGEM LUSITANA

# Por trás dos Estores Coração a Bater

*Soa quase como o Título de um Filme. Porém – Destino, Coincidências e Poesia da História decidem escrever nas Páginas do Livro da Vida Realidades, que parecem Contos passados para o Papel com Canetas Penas da Fantasia. No entanto o Mundo revela, que o poderoso Bater do Coração consegue transformar modestas Decisões em Heroicas Convicções, a fim de alterarem o Porvir.*

Por trás dos Estores Coração esperava.  
Para Relógio e Rádio olhava.  
Olhei para a Janela.  
A Ditadura de Sentinela.  
Palavras do Discurso pronunciadas.  
Duas Senhas foram lançadas.  
Por trás dos Estores o Saber do Coração:  
“Acabar com isto!” – Caminho  
da Salvação.  
Oprimido o Pensar.  
Sem Asas para voar.  
Chaimite e Espingarda.  
Orgulho no Poder da Farda.  
Por trás dos Estores o Bater do Coração.  
Coluna Militar – na Escuridão.  
Um Segredo bem guardado.  
Estava a ser revelado.  
Por trás dos Estores contemplou.  
Em Silêncio guardou.  
Por trás dos Estores o Coração a ver.  
Como a Consciência cumpria seu Dever.  
Beja e Caldas da Rainha:  
“A Tocha da Coragem caminha.”  
A Coluna a Lisboa chegou.  
Ao Sinalo Vermelho ainda parou.  
Por trás dos Estores o Coração batia.  
Em Lisboa – perante Fogo –

Desobediência regia.  
A Coragem decidiu não recuar.  
“Operação Fim-Regime” continuar.  
O MFA o Alentejo não revelou.  
O Encontro ao Inimigo não contou.  
Por trás dos Estores reza o Coração:  
“Que a Noite ofereça Gloriosa  
Recordação.”  
Lenço Branco perante a Ditadura.  
Ordem de Fogo enfrenta Bravura.  
Objetivo sempre a Vitória –  
Com Dignidade e Glória.  
Por trás dos Estores Coração sofria.  
No fim do Dia tristes Memórias temia.  
Fragata Gago Coutinho – para Guerra  
preparada.  
Junto ao Cristo Rei – Artilharia a Paz  
guardava.  
Difíceis Decisões.  
Perante Fogo e Canhões.  
Por trás dos Estores Coração sabia:  
Uma Decisão Errada – a Revolução caía.  
Acordou de Madrugada.  
Hesitou – Trovoada?  
A Esperança como Fénix renasceu.  
Lentamente a Noite amanheceu.  
Por trás dos Estores Coração cantou.

Escuridão do Estado Novo não ganhou.  
Com o Amanhecer a Certeza chegou:  
Confiante Coração – os Estores levantou.  
A Ditadura não encontrou.  
Com Novo Rumo sonhou.  
Ao longo do Dia a Mensagem.  
Gloriosa a Coragem.  
Sem Estores Coração a Bater.  
O Passado jamais esquecer.  
No Dia 25 de Abril de 1974 aconteceu.  
A Revolução dos Cravos nasceu.  
Recordando os Estores – Coração a falar:  
Cravo Encarnado –  
Seu Fado – na História – para  
sempre ficar.  
Contra o Esquecimento lutar.  
Da Coragem do Capitão sem Medo contar.  
Capitães de Abril –  
À Nação consagraram Vitória.  
Para Portugal e o Mundo – escreveram  
História!  
Cavaleiros, Heróis e Guardiães –  
Espingarda com Cravo,  
para sempre Nossos Capitães.  
  
25 de Abril de 1974,  
Revolução dos Cravos



**Isalita Pereira**  
Historiadora  
Poeta



## FALAR PORTUGUÊS

# Qual é a origem da palavra «água»?

A nossa «água» vem do velho latim, onde tinha a forma «aqua». Se virmos bem, nós pouco fizemos à «aqua» latina. É certo que alguns portugueses fazem uma troca ali dentro e transformam a «água» em «auga». Nada a assinalar: as palavras dão estas belas piruetas nas suas navegações pelos séculos fora. Aliás, na Galiza, a palavra também tem pelo menos duas formas («água» e «auga»), mas, curiosamente, a forma adoptada pela norma oficial do galego é aquela que relegámos para o purgatório do português fora da norma: «auga» — sim, a forma popular da palavra em partes do nosso país, quando salta a fronteira, torna-se na palavra oficial.

Não acusemos, no entanto, aqueles que dizem «auga» de estragarem a bela palavra latina. Se eles estragaram, o que dizer dos catalães, que lá enfiaram uma letrita («aigua»)? O que dizer dos romenos, que a transformaram em «apă»? E, se podemos deixar descansada a palavra nas mãos dos italianos (pelo menos os que falam o toscano a que chamamos italiano), o que dizer dos franceses?...

Ah, os franceses! Não olhemos para as palavras escritas, que essas enganam bem, engalanadas como estão daquela ortografia pirotécnica. Oiçamos com atenção os sons... E aí temos uma língua que passou o latim pela trituradora. Pensemos na conjugação ver-

bal, que na escrita ainda distingue as várias pessoas, mas na fala vai a meio caminho de deixar os verbos, pelo menos no presente do indicativo, quase tão simples como os ingleses (quelle horreur!). Pensemos no velho mês de Agosto, que os franceses, pimpões, escrevem «août», mas lêem «u» (ainda haverá uns quantos que lêem o «t»). Pensemos, por fim, na pobre «aqua» latina, que acabou transformada em «eau», três vogais que se lêem como um «ô», que nem lá põe os pés quando escrevemos a palavra.

### Em busca da água perdida

Viajemos agora pelas águas turvas do tempo à procura da origem da palavra. Se recuarmos uns milénios, temos a forma proto-italica «\*ak ā» (o asterisco indica que a palavra foi reconstruída). A palavra reconstruída é feia: mas valha-nos que ninguém a escreveu no dia-a-dia! Uma ortografia à latina (que seria anacrónica, claro está) dar-nos-ia algo parecido com «aqua».

Se continuarmos a andar para trás no tempo, encontramos a forma indo-europeia «h<sub>2</sub>ék eh<sub>2</sub>» — é, mais uma vez, uma palavra reconstruída pelos linguistas. É difícil ler esta palavra que ninguém usou na escrita, mas temos ali um «ékwe» que lembra um fantasma da nossa própria palavra, mas enterrada cinco mil anos no passado.

E o que veio antes? Não sabemos... Há quem julgue encontrar uma ligação profunda entre as várias palavras para «água» em muitas famílias linguísticas, mas parece-me ser uma quimera tentar descobrir as primeiras palavras humanas. A verdade é que a grande parte dos milénios de conversas atrás de conversas ficou perdida para sempre e o método comparativo, usado pelos linguistas, só consegue perfurar o passado uns quantos milhares de anos... As palavras que existiram antes desse tempo perderam-se — mas podemos ter a certeza de que essas palavras perdidas deram origem a muitas das palavras que dizemos hoje.

### Águas portuguesas, ilhas inglesas

Pois bem, chegámos ao ponto mais remoto a que nos é possível aceder. Fazemos agora inversão de marcha e começamos o nosso regresso ao futuro. Vemos que essa forma indo-europeia não acabou só

nas palavras latinas para água. Seguiu pelos séculos fora, na boca de outras pessoas, até chegar ao proto-germânico — a língua que deu origem a muitos idiomas ali do Norte da Europa.

No proto-germânico, a palavra indo-europeia já se dividira em dois. Primeiro, temos a forma «\*ahwō», que, muitos anos depois, veio a dar, por exemplo, no «eddy» inglês — um turbilhão ou um redemoinho.

Depois, temos a forma «\*awjō» — aqui a viagem torna-se mais interessante. Esta forma proto-germânica deu, em inglês antigo, «īeg» — a maneira como as palavras se tornam umas nas outras talvez pareça impossível, mas quem estudou o processo sabe que existem regras e formas de reconstruir com alguma segurança o caminho. Pode haver enganar, claro está, como em tudo.

Ora, o inglês antigo juntou «īeg» a «land» e ficou com «īegland». O inglês médio já tinha «yland» e o inglês actual tem a nossa conhecida «island». Note-se que o «s» não se lê, o que ajuda a perceber a sucessão real no som que sai das bocas dos falantes. Curiosamente, a palavra «island» não está relacionada com «isle», que é uma palavra inglesa de origem latina — mas o tal «s» mudo aparece em «island» porque alguém achou que as duas palavras, sendo parecidas e tendo um sentido parecido, deviam ter um «s» também parecido... A ortografia inglesa está cheia destas marteladas de quem achava isto ou aquilo: por exemplo, a palavra «debt» nunca teve ali um «b» na oralidade. Mas como a palavra latina tinha um «b», houve alguém que, num lindo dia, enfiou ali um «b» para atrapalhar a vida de quem quisesse aprender a ortografia inglesa.

Já agora, onde fomos buscar «ilha»? Não deixa de ter uma certa parecença com a «island» inglesa — mas é coincidência. A nossa palavra, diga-se, não veio directamente do latim para o galego e português, mas passou — imagine-se! — pelo catalão. A «illa» catalã saltou Castela e veio aterrar na nossa «ilha».

Em suma, a mesma palavra indo-europeia acabou como «água» nas bocas latinas e como «island» nas bocas inglesas... Belas viagens fazem as palavras — e nós, por estes dias de calor e perigos, sonhamos com ilhas e mares. Lá vamos olhando para a água no horizonte — sempre com cuidado.



Marco Neves  
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

# O IFICI

O regime do Incentivo Fiscal à Investigação Científica e Inovação (IFICI) assume-se como um instrumento estratégico para reforçar a competitividade de Portugal, ao oferecer um enquadramento fiscal atrativo dirigido a profissionais altamente qualificados. Entre as principais vantagens fiscais destacam-se, por um lado, a aplicação de uma taxa especial de IRS de 20% sobre rendimentos do trabalho dependente e independentes auferidos em atividades elegíveis e, por outro, a total isenção rendimentos obtidos no estrangeiro, dependendo da sua natureza e enquadramento. Importa sublinhar que este regime não se destina apenas a estrangeiros, abrangendo igualmente portugueses, incluindo aqueles que regressam após experiência internacional, potenciando assim a captação e retenção de talento. A atracção destes profissionais representa uma oportunidade concreta para dinamizar o ecossistema de inovação nacional. Ao trazerem conhecimento técnico, redes internacionais e experiência em mercados exigentes, tornam-se catalisadores de novas ideias, processos e modelos de negócio. Este efeito multiplicador pode e deve ser aproveitado de forma estruturada.

Neste contexto, o papel do Estado po-



derá ir além do incentivo fiscal, promovendo a articulação entre incubadoras, universidades e entidades públicas. As chamadas “fábricas de unicórnios” e centros de inovação devem funcionar como plataformas integradas, onde se apoiam novas empresas com elevado potencial. Estas sociedades, para além de crescerem, poderiam assumir um compromisso de disseminação de boas práticas e inovação junto do tecido empresarial nacional, em particular das PME, contribuindo para elevar a produtividade global da economia.

Ao acolher estes profissionais, Portugal posiciona-se progressivamente como uma verdadeira Nação Global. Numa primeira fase, é expectável que

os projetos tenham um foco doméstico; contudo, numa fase subsequente, a expansão internacional surge de forma natural. Essa expansão não ocorre apenas a partir de Portugal para o exterior. Beneficia igualmente da presença histórica e dispersa das comunidades portuguesas, que constituem uma rede económica e cultural única.

O evento “Portugal Nação Global”, a realizar nos dias 29 e 30 de abril, assume particular relevância neste contexto. Trata-se de uma oportunidade para empreendedores das comunidades portuguesas estabelecerem ligações, identificarem sinergias e promoverem a internacionalização dos seus negócios, seja para Portugal, seja para outros mercados onde existam comunidades lusas.

A cooperação entre empresários portugueses, independentemente da sua localização geográfica, pode criar uma vasta zona económica interligada. Na prática, estando portugueses presentes em múltiplos mercados, o potencial para fazer negócio globalmente é significativo. Tal exige, contudo, uma postura audaz, assente na colaboração e num verdadeiro espírito de parceria, capaz de ultrapassar fronteiras e transformar proximidade cultural em vantagem competitiva.



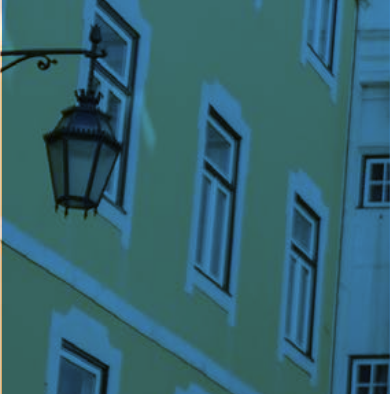
Philippe Fernandes  
CEO Cisterdata



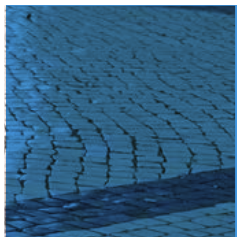
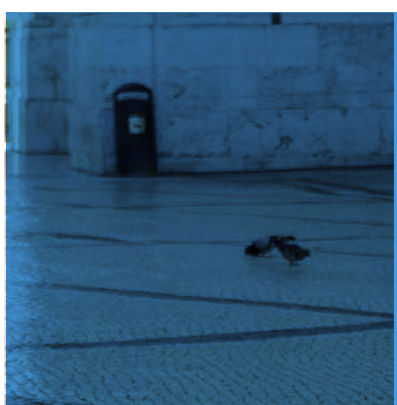
Pronto para tornar sua marca inesquecível?  
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.  
[info@amostradeletras.pt](mailto:info@amostradeletras.pt)

amostra  
deletras.pt



# Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your number one agency



**Ei!**<sup>®</sup>  
Assessoria Migratória

[eimigrante.pt](http://eimigrante.pt)